



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS

MESTRADO EM ENSINO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

(LICENCIATURA PRÉ-BOLONHA)

Educação Não Formal

A importância das Salas de Estudo

Telma Patrícia Marques Matias

Lisboa, julho de 2013



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS

MESTRADO EM ENSINO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

(LICENCIATURA PRÉ-BOLONHA)

Educação Não Formal

A importância das Salas de Estudo

Telma Patrícia Marques Matias

Relatório apresentado para obtenção do Grau de Mestre em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Maria Silva Ruivo

Lisboa, julho de 2013

AGRADECIMENTOS

Na realização da Tese de Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico (Licenciatura Pré-Bolonha) pela Escola Superior João de Deus, quero expressar a minha profunda gratidão a todos os que contribuíram para a realização deste trabalho, é o reconhecimento de que sem a sua ajuda e colaboração nada teria sido possível.

O meu agradecimento especial à Professora Doutora Isabel Ruivo, por me ter cedido a sua orientação, apoio e disponibilidade em todos os momentos necessários e pela constante simpatia com que sempre me recebeu.

Ao Professor Doutor José Maria de Almeida, professor no seminário de Metodologia da Investigação e Trabalho de Projeto, pelos conselhos de grande valor científico e pelo imprescindível apoio e carinho.

Aos meus pais e irmãs, pelo amor e valores transmitidos e à minha avó que sempre acreditou em mim!

Às minhas colegas e amigas, pelo carinho e por terem estado sempre presentes quando precisei.

Aos meus amigos, pelos momentos de descontração e alegria e em especial aos padrinhos da minha filha, pelo carinho e presença quando eu estava ausente.

Ao meu querido marido com quem partilhei inúmeras experiências de trabalho e lazer, um obrigada muito especial, pois sem ele nada disto era possível.

À minha princesa Maria, por suportar a minha ausência, a minha impaciência e os meus compromissos académicos.

Em fim, obrigada a todos os que, direta ou indiretamente, me ajudaram neste projeto!

RESUMO

A realização deste estudo para dissertação de mestrado resultou fundamentalmente de experiência profissional da investigadora, docente de 1º ciclo do Ensino Básico e do seu percurso frequente em contextos de Ensino Não Formal e pela necessidade de esclarecer e fundamentar a contribuição da Educação Não Formal na qualidade das aprendizagens dos alunos.

Trata-se de um estudo atual, com interesse para os diversos atores da Educação Formal e Não Formal e que tem sido fortemente debatido na sociedade. O nosso propósito não é questionar o papel da escola como Ensino Formal, mas sim repensar na Educação Não Formal e na pedagogia que ultrapassa as funções tradicionais atribuídas à escola.

Assim sendo, o presente trabalho obedece à metodologia qualitativa, cuja pesquisa se caracteriza por um estudo de caso, uma vez que se tem em vista chegar-se a uma conclusão que se aproxime da realidade em estudo. Foram utilizadas diferentes técnicas de recolha de dados, nomeadamente, inquéritos por questionários (aos alunos e respetivos Encarregados de Educação) e análise documental (regulamento interno e o projeto educativo).

Deste modo, este estudo destina-se a obter algumas informações de forma a perceber qual o contributo das Salas de Estudo no processo de socialização do aluno, assim como é que elas influenciam o gosto pela aprendizagem. Também procurámos analisar em que medida as Salas de Estudo cumprem com os objetivos para as quais foram criadas e pretendemos ainda identificar as estratégias utilizadas pelas Salas de Estudo para combater o insucesso escolar.

Concluímos que a integração de alunos nas Salas de Estudo está a ser feita de modo muito positivo e os professores do Ensino Não Formal têm contribuído para isso com a sua atitude, prática e formação, acreditando nos benefícios que esta envolvência trará aos alunos e ao Ensino Formal.

Palavras-chave: Educação, Aprendizagem, Educação Formal e Não Formal, Sala de Estudo, (In)Sucesso.

ABSTRACT

This study for dissertation resulted primarily of professional experience of the researcher, lecturer in 1st cycle of basic education and its course often in contexts of non-formal education and the need to clarify and substantiate the contribution of non-formal education on the quality of student learning.

This is a study of current interest to the diverse actors of formal and non-formal, and that has been heavily debated in society. Our purpose is not to question the role of the school as formal education, but to rethink the non-formal education and pedagogy that goes beyond the traditional roles assigned to school.

Therefore, this study follows the qualitative methodology, whose research is characterized by a case study, since it aims to arrive at a conclusion that approximates the reality under study. We used different techniques of data collection, including surveys by questionnaires (students and their respective guardians) and document analysis (Rules and educational project).

Thus, this study is intended to obtain some information in order to understand what contribution the Study Rooms in the socialization process of the student, and how they influence the taste for learning. We also tried to analyze to what extent the Study Rooms meet the objectives for which it was created and we intend to further identify the strategies used by the Study Rooms to combat school failure.

We conclude that the integration of students in the Study Rooms is being made so much positive teachers and non-formal education have contributed to it with their attitude, practice and training, believing in the benefits that this involvement will bring students and teaching formal.

Keywords: Education, Learning, Formal and Non-Formal Education, Study Room, (In) Success.

ÍNDICE GERAL

Índice de Quadros	xix
Índice de Figuras	xxi

INTRODUÇÃO	1
1. Apresentação da Situação	3
2. Objetivos do Estudo	4
3. Importância do Estudo	5
4. Identificação do Estudo	5
5. Estrutura do Trabalho	7

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
1. A Educação	11
1.1 A Aprendizagem.....	13
1.1.1 Quais os tipos e estilos de aprendizagem	13
1.2 A Educação Formal	14
1.2.1 O que é a Educação Formal?	15
1.2.2 Onde ocorre a Educação Formal?	15
1.2.3 Quais objetivos da Educação Formal?	16
1.3 A Educação Não Formal	17
1.3.1 O que é a Educação Não Formal?	17
1.3.2 Onde ocorre a Educação Não Formal?	18
1.3.3 Quais objetivos da Educação Não Formal?	19
1.3.4 Porque é que a Educação Não Formal deve ser reconhecida?	20
1.3.5 Que estratégias sugere a Educação Não Formal?	21
1.4 Sala de Estudo como espaço pedagógico.....	22
1.4.1 O Insucesso Escolar.....	24
1.4.2 Estratégias para o Sucesso.....	26

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	29
2.1 Âmbito da Pesquisa.....	31
2.1.1 Caracterização do Campo.....	32

2.1.2 Caracterização do Público-Alvo	32
2.2 Investigação Qualitativa	32
2.3 Estudo de Caso.....	33
2.4 Fontes de Dados.....	34
2.5 Instrumentos de recolha de dados.....	34
2.5.1 Inquérito por questionário.....	35
2.5.2 Análise documental.....	36
2.6 Critérios de rigor científico dos dados recolhidos.....	37
2.7 Critério de análise de dados.....	38
 Capítulo 3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	41
3. Apresentação de dados recolhidos	43
3.1 Conceções dos alunos sobre as Salas de Estudo	43
3.1.1 Síntese reflexiva das questões fechadas aos alunos	52
3.2 Opinião dos Encarregados de Educação sobre a importância das Salas de Estudo.....	54
3.2.1 Categoria “Adaptação do aluno ao ambiente da Sala de Estudo”	55
3.2.2 Categoria “Contribuição da Sala de Estudo para o aproveitamento escolar”	57
3.2.3 Categoria “As normas da Sala de Estudo”	60
3.2.4 Categoria “Contribuição da Sala de Estudo no processo e socialização do aluno”	63
3.2.5 Síntese reflexiva das questões abertas aos Encarregados de Educação	65
 REFLEXÃO FINAL	69
1. Considerações Finais	71
2. Limitações do Estudo	74
3. Sugestões para futuras investigações	74
 BIBLIOGRAFIA	77
ANEXOS	

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Designação dos códigos atribuídos aos dados recolhidos e tratados.....	39
Quadro 2 - Categorias e subcategorias de significação	39
Quadro 3 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 3 do inquérito por questionário	55
Quadro 4 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 4 do inquérito por questionário	57
Quadro 5 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 6 do inquérito por questionário	59
Quadro 6 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 5 do inquérito por questionário	60
Quadro 7 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 7 do inquérito por questionário	62
Quadro 8 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 8 do inquérito por questionário	64

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Idade dos alunos	43
Figura 2 – Género dos alunos	44
Figura 3 – Ano escolar dos alunos	44
Figura 4 - Motivos que levam os alunos a frequentar a Sala de Estudo	45
Figura 5 - Frequência dos alunos à Sala de Estudo	45
Figura 6 - Método de estudo antes de frequentar a Sala de Estudo	46
Figura 7 - Trabalhos de casa na Sala de Estudo	46
Figura 8 - Importância da Sala de Estudo	47
Figura 9 - Método de estudo depois de frequentar a Sala de Estudo	47
Figura 10 - Melhoria de notas desde que frequentam a Sala de Estudo	48
Figura 11 - A Importância da avaliação na Sala de Estudo	48
Figura 12 - Contributo da Sala de Estudo na transição de ano	49
Figura 13 - Ocupação de Tempos Livres sem Sala de Estudo	49
Figura 14 - Integração na Escola em parceria com a Sala de Estudo	50
Figura 15 - Impacto da Sala de Estudo face à Escola	50
Figura 16 - Satisfação dos alunos pelo trabalho realizado na Sala de Estudo	51
Figura 17 - Contributo da Sala de Estudo na Melhoria das Aprendizagens	51
Figura 18 - Frequência da Sala de Estudo – 1ª vez	54
Figura 19 – Quem ficou com o educando antes de frequentar a Sala de Estudo	54
Figura 20 – Idade dos alunos quando entraram na Sala de Estudo pela primeira vez.....	55

ANEXOS

Anexo 1 – Lei nº49/2005, de 30 de agosto, artigo 26º.....	
Anexo 2 – Documento emanado na Comissão Europeia em 2004.....	
Anexo 3 – Inquérito por questionário aplicado aos alunos	
Anexo 4 – Inquérito por questionário aplicado aos Encarregados de Educação	
Anexo 5 – Quadro de excertos	

INTRODUÇÃO

1. Apresentação da situação

A Educação tem sofrido alterações constantes ao longo dos últimos anos, contudo estas transformações devem-se às mudanças com que a sociedade se depara.

Neste contexto de profundas transformações no domínio educacional, é do nosso conhecimento que para os professores darem cumprimento à sua tarefa de educação e formação integral dos alunos, o Ensino Formal tal como tem sido promovido nas escolas, tem mostrado limitações (Pinto e Pereira, 2008). Como resultado, outras modalidades de ensino têm começado a ser recentemente consideradas como tendo um papel importante na formação e desenvolvimento dos alunos, o que estava apenas confinado ao Ensino Formal, tende a alargar-se a espaços extraescolares tais como Salas de Estudo, Explicações, Atividades de Tempos Livres (ATL) que segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº49/2005, de 30 de agosto, artigo 26º), têm “como objetivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar” (Anexo 1).

Todas as formas de incentivar a aprendizagem são importantes. O facto é que a aprendizagem ocorre sempre em qualquer lado, tudo é aprendizagem, o que varia é o modelo pelo qual essa aprendizagem decorre.

Assim, destacar o interesse das Salas de Estudo no contexto educacional das sociedades parece ser um daqueles pontos comuns que supostamente ninguém contesta. “E, no entanto, essa relevância não permitiu ainda que o tema conquistasse o lugar que mereceria, seja sob o ponto de vista académico, político, social ou económico” Ventura, *et al.*, 2006, p. 3).

Face a este cenário, percebemos que paralelamente à Educação Formal existe a Educação Não Formal (ENF) e por isso, é de extrema importância que se comece a dar mais atenção à cumplicidade entre as escolas (Educação Formal) e as Salas de Estudo (Educação Não Formal), porque é a partir dela que os alunos conseguem exercer o seu papel de uma forma mais segura e motivada, tendo em vista o seu bom percurso e progresso na vida escolar. O Conselho da Europa, na sua Assembleia Parlamentar de Dezembro de 1999, (Rogers, 2004, citado em Pinto, 2007) afirma o seguinte:

The Assembly recognises that formal education systems alone cannot respond to the challenges of modern society and therefore welcomes its reinforcement by non-formal education practices. (...) The Assembly recommends that governments and appropriate authorities of member states recognise non-formal education as a de facto partner in the lifelong process and make it accessible for all. (p. 12)

Assim, perante estas considerações, sentimos necessidade de analisar e refletir sobre a nossa prática nas Salas de Estudo. Desta forma, o título para este trabalho evidenciou-se como: *A Educação Não Formal – A importância das Salas de Estudo*.

2. Objetivos do estudo

Tendo em conta a finalidade do tema referido anteriormente, o problema de investigação deliniado centra-se no perceber quais os motivos que levam os alunos cada vez mais a recorrer às Salas de Estudo, ou seja, perceber até que ponto as Salas de Estudo podem ser encaradas como um complemento à escola.

Segundo Pinto e Pereira (2008, p. 2), “A ENF é ainda, em Portugal, um conceito relativamente ausente, e exatamente por isso, nunca se revelou tão importante e pertinente falar de educação não-formal de uma forma prospectiva, num futuro não muito longínquo”.

O nosso propósito não é questionar o papel da escola como Ensino Formal, mas sim repensar na Educação Não Formal e na pedagogia que ultrapassa as funções tradicionais atribuídas à escola.

No documento emanado na Comissão Europeia em 2004 sobre princípios comuns europeus de identificação e de validação da aprendizagem não-formal (Anexo 2) é reconhecido que “No contexto do princípio da aprendizagem ao longo da vida, a identificação e a validação da aprendizagem não-formal e informal têm por finalidade tornar visível e valorizar todo o leque de conhecimento e competências detidos por uma pessoa, independentemente do local ou da forma como foram adquiridos”. (p. 2)

A partir das obras consultadas e através do trabalho de campo, foram surgindo algumas **questões chave**, que foram orientando o trabalho, são elas: i) Será que as Salas de Estudo cumprem com os objetivos para as quais foram criadas?; ii) Em que medida as Salas de Estudo apoiam o combate ao insucesso escolar?; iii) Qual o contributo das Salas de Estudo no processo e socialização do aluno? e iv) De que forma as Salas de Estudo influenciam o gosto pela aprendizagem?

Desta forma, procuramos que a pesquisa seja um ponto de partida para a resposta a estas questões, apesar de reconhecermos que elas configuram uma problemática mais abrangente que poderá dar origem a novos desafios de investigação e de intervenção sobre caminhos e ideias alternativas.

3. Importância do estudo

Nos dias de hoje, as Salas de Estudo assumem um papel muito relevante no desenvolvimento do aluno, uma vez que é um “espaço” onde o aluno passa parte do seu dia.

Tendo em conta a experiência profissional da investigadora, como professora e coordenadora de um ATL e Sala de Estudo, temos percecionado a contribuição do Ensino Não Formal para a qualidade das aprendizagens e formação global dos alunos.

Consequentemente, este estudo de investigação resultou da necessidade de esclarecer e fundamentar a contribuição da Educação Não Formal na qualidade das aprendizagens dos alunos e compreender em que medida as Salas de Estudo complementam a Escola.

Apesar do interesse global pelas Salas de Estudo, estas parecem não ter sido ainda objeto de abordagens sistemáticas e partilhadas, como nos sugere Rogers (2004, citado em Pinto, 2007, p. 9): “umas das características mais marcantes da utilização contemporânea do termo ENF, é que os autores não citam qualquer literatura sobre ENF pesquisada (...). Todo o debate anterior é ignorado, a herança é tratada como se nunca tivesse existido (...)”.

Neste sentido, este estudo apresenta-se como uma contribuição, à criação de um espaço que merece ser divulgado, que ajuda a clarificar as questões relacionadas com a importância das Salas de Estudo. Não compreendemos porque não é hoje mais reconhecido e mais valorizado este modo de aprendizagem, uma vez que as Salas de Estudo aparecem como um espaço pedagógico, onde o aluno pode complementar a sua aprendizagem fora da escola, com vista a obter um maior sucesso escolar. Coelho (1994, p. 21) refere que “a investigação em educação tem que ser...um percurso de vida que, como educadores, «negociamos» com crianças e jovens”, daí a importância da existência deste espaço privilegiado.

Conforme a necessidade sentida de confrontar e encontrar soluções, iniciámos uma pesquisa sobre o “mundo” da Educação Não Formal. Pela inovação do tema, deparámo-nos com algumas dificuldades em encontrar informação, trabalhos científicos e bibliografia referente ao tema.

4. Identificação do estudo

Na sequência do atrás exposto, este estudo ambiciona conhecer uma realidade específica, perceber quais os motivos que levam os alunos cada vez mais a recorrer às

Salas de Estudo. Assim sendo, o presente trabalho obedece à **metodologia qualitativa**, uma vez que se tem em vista chegar-se a uma conclusão que se aproxime da realidade em estudo.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2003):

Cada investigação é uma experiência única, que utiliza caminhos próprios, cuja escolha está ligada a numerosos critérios, como sejam a interrogação de partida, a formação do investigador, os meios de que dispõe ou o contexto institucional em que se inscreve o seu trabalho. (p. 120)

O facto do fenómeno a estudar se desenvolver num local específico, Sala de Estudo, isso permite que se concretize a afirmação, referida por Merriam (1988, citado em Bogdan e Biklen, 1994, p. 89) de que “o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”.

Assim, no nosso estudo utilizámos a análise documental e os inquéritos por questionário, pois segundo Quivy e Campenhoudt (2003, p. 188) “o inquérito por questionário...consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, (...) uma série de perguntas relativas...às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais (...) ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores”.

Com base no que foi referido, o nosso universo, para efeitos do estudo, fundamenta-se num grupo de alunos que frequentam uma Sala de Estudo, situada na Margem Sul, no conselho de Palmela, no distrito de Setúbal.

O nosso público-alvo são alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos que frequentam os 1º e 2º ciclos do Ensino Básico (do 1º ao 6º anos). A nossa Sala de Estudo desenvolve atividades essencialmente de Apoio Escolar (ajuda nos trabalhos de casa, esclarecimento de dúvidas...); Atividades de Tempos Livres – atividades de expressão plástica, expressão dramática, ciência viva, jardinagem...; e explicações nas diversas áreas do saber.

Através deste **estudo de caso** procuramos obter algumas informações de forma a perceber qual o contributo das Salas de Estudo no processo de socialização do aluno, assim como é que elas influenciam o gosto pela aprendizagem. Também procuramos analisar em que medida as Salas de Estudo cumprem com os objetivos para as quais foram criadas e pretendemos ainda identificar as estratégias utilizadas pelas Salas de Estudo para combater o insucesso escolar.

5. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho de investigação cujo tema visa a *Educação Não Formal – A importância das Salas de Estudo*, divide-se em 3 capítulos, tratando em cada um deles diferentes aspetos de acordo com as finalidades estabelecidas para os mesmos.

Assim, este trabalho inicia com a **Introdução** que procura dar a conhecer a situação que foi estudada, tendo em conta os objetivos e a importância do tema, assim como a identificação do estudo e a apresentação da estrutura do relatório.

O **primeiro capítulo** destina-se ao enquadramento teórico, através da revisão da literatura. Esta revisão está relacionada com a problemática na qual se enquadra o trabalho de investigação. Exploram-se as questões relacionadas com os estilos de aprendizagens, com os diferentes tipos de educação, com a Sala de Estudo e com o (in)sucesso escolar.

No **segundo capítulo** é apresentada e justificada a metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo. Explicitamos de que forma o tema em estudo foi investigado, quais as formas metodológicas e técnicas utilizadas para a recolha de dados e a apresentação dos procedimentos adotados para a análise e tratamento dos dados obtidos.

No **terceiro capítulo** são apresentados os resultados do estudo e é apresentada a análise e cruzamento dos dados obtidos pelos diferentes instrumentos de recolha, indo de encontro ao quadro teórico apresentado e que dão resposta às questões desta investigação.

A seguir ao último capítulo, é apresentada a **Reflexão final**, sustentada pela análise e interpretação dos dados, onde também são apresentadas as limitações do estudo, assim como sugestões para o futuro. Em seguida é apresentada a bibliografia e respetivos anexos.

De referir ainda que as regras cumpridas para a redação e apresentação deste estudo estão de acordo com as normas APA – American Psychological Association, tendo sido seguidas as sugestões do Professor Mário Azevedo (2008), para a estruturação e formatação da escrita, explicitadas no seu livro: *Teses, relatórios e trabalhos escolares*.

O presente estudo está redigido segundo as normas do Novo Acordo Ortográfico.

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A Educação

A educação é uma realidade complexa e desde os finais do século XIX, inícios do século XX, que têm surgido sistemas educativos na Europa, que ao longo do tempo têm sofrido influência de diferentes processos e fenómenos, que se têm interligado de forma ativa e evolutiva, resultando assim em diversos quadros e normas educacionais.

A educação deve ser encarada como uma formação contínua da pessoa humana, dos seus saberes e das suas aptidões, da sua capacidade de distinguir e agir. Segundo Carneiro (2001, p. 45), “a educação mantém-se como o mais poderoso instrumento para inventar o futuro e renovar a base da esperança coletiva”.

Para Esteban (2005, p. 171), a educação, “... permite um enriquecimiento de los conocimientos y las capacidades, pêro también uma mejor estructuración personal y de las relaciones entre los individuos y los pueblos”. De acordo está Francisco (2005) afirmando que,

a educação é aquela que é exercida por gerações adultas sobre gerações mais jovens e tem como marco de referência as práticas sócio-culturais utilizadas e que servem como meios de transmissão de valores, de normas, regras de comportamento em todas as sociedades humanas. (p. 142)

Também para Durkheim (2007, p. 53), “A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social”.

Assim sendo, a educação apresenta inúmeros objetivos, segundo Kant (citado em Durkheim, 2007, p. 44), “o objetivo da educação é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele é capaz”, já para Mill (citado em Durkheim, 2007, p. 45), a educação pretende “fazer do indivíduo um instrumento de felicidade para ele mesmo e para os seus semelhantes”.

Durkheim defende que:

a educação é antes de mais o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência. A sociedade apenas pode subsistir se existe entre os seus membros uma suficiente homogeneidade. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade fixando de antemão na alma da criança as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe. (pp. 103-104)

Carneiro (2001, p. 51) reforça que “A Educação pode ajudar-nos a compreender o que a humanidade aprendeu acerca de si mesma, pode ajudar-nos a contextualizar a nossa existência, pode ajudar-nos para a mudança ou para decidir sobre o nosso próprio futuro”.

A Educação pode ser transmitida através de muitas práticas. A aprendizagem segundo Cavaco (2002, p. 26), “é um processo de aquisição de saberes que têm origem na globalidade de vida das pessoas, ou seja, associados à modalidade da educação informal”.

Para os autores citados, entende-se que a educação, seja dentro ou fora da escola, é um processo de mudança e todos nós esperamos ser diferentes como resultado da educação. A aprendizagem dos alunos não se limita àquela que é proporcionada em ambientes formais, mas resulta igualmente de experiências em ambientes não formais.

Após esta análise, percebe-se que um dos aspetos da Educação é a aprendizagem, pois é através da aprendizagem realizada na escola, ou fora da mesma que se vai adquirindo conhecimentos necessários que irão ser “aplicados” ao longo da vida, porém esta pode ser adquirida através dos vários tipos de educação, tais como formal e não formal.

Em conclusão, a Educação está encarregue de transferir valores, hábitos, informações, cultura e conhecimento, como refere Delors (2001, p. 77): “A educação deve transmitir de facto, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro”. A mesma autora considera a educação como uma espécie de bússola que facilitará a navegação no século XXI. Por isso, dá eco a quatro aprendizagens na educação:

aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão;
aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (p. 77)

Assim, é de grande importância destacar o conceito de aprendizagem bem como a sua utilidade, os seus objetivos e os tipos de aprendizagem, alienados aos vários tipos de educação.

1.1 A Aprendizagem

Para Enriotti (1991), Vermersch (1991) e Josso (1996), a aprendizagem é um processo constituído por três fases, a primeira constitui-se por ser uma fase de preparação ou contacto direto com uma situação, uma segunda fase de incorporação da experiência nas vivências anteriores e numa terceira fase a reflexão sobre a experiência vivida.

Berbaum (1992) define aprendizagem como um processo de construção e assimilação de uma nova resposta, isto é, um processo de adequação do comportamento, quer ao meio envolvente, quer ao projeto perseguido por cada interessado. Acrescenta ainda que a aprendizagem pode apresentar-se como um efeito anexo (secundário) das situações recebidas que contribuem para modelar a nossa maneira de ser.

Delors (2001, p.77) indica que as aprendizagens “ao longo de toda a vida, serão dalgum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento”.

Em suma, a aprendizagem pode manifestar-se como um processo onnipresente e multiforme, de consequências não necessariamente previstas, sendo que uma mesma situação pode modificar simultaneamente o saber, o saber fazer e o saber estar, tal como refere Berbaum (1992).

1.1.1 Quais os tipos e estilos de aprendizagem

Segundo Kolb (1984, citado em Landry 1991, pp. 26-27), a aprendizagem pode dividir-se em 4 estilos distintos, são eles:

- A experiência concreta (característica de uma pessoa que se implica de um modo muito pessoal nas experiências e nas relações humanas, que valoriza os sentimentos mais que o pensamento e que tem mais uma perspetiva intuitiva e artística dos problemas do que sistemática e científica);

- A observação refletida (característica de uma pessoa que coloca o ênfase sobre a compreensão das ideias e dos problemas, mais do que nas suas aplicações práticas e que valoriza mais a reflexão do que a ação);

- A conceptualização abstrata (característica de uma pessoa que se preocupa mais com a elaboração de teorias gerais do que com a compreensão intuitiva dos elementos

particulares de uma determinada situação, o enfoque é dado ao pensamento, à lógica, às ideias, aos conceitos, mais do que aos sentimentos e intuições);

- A experimentação ativa (típico de uma pessoa que procura influenciar os outros e alterar as situações, as aplicações práticas são julgadas mais importantes que a compreensão teórica, o ênfase é mais colocado na ação do que na reflexão).

Todavia estes estilos de aprendizagem encontram-se apropriados a vários tipos de aprendizagem, assim como refere Berbaum (1992, p. 35): “O processo de aprendizagem pode corresponder a diferentes graus de implicação segundo o esforço que o interessado está disposto a fazer para atingir os critérios de realização a que se propôs. A origem da aprendizagem é o desejo de realização de si próprio, e a sua finalidade consiste em fornecer os meios para satisfazer este desejo”.

Contudo, a qualidade da aprendizagem pode ser influenciada por inúmeros fatores, tal como refere Dominicé (1996, pp. 99-101). Assim, consideramos fatores de investimento pessoal, pelo tipo de relações sociais que podem manifestar-se nos contextos de aprendizagem e pela necessidade de confronto com as regras e normas estabelecidas e pelo momento de vida em que a pessoa se encontra.

A aprendizagem pode decorrer, segundo Cavaco (2002, p. 39), no seio familiar, na envolvência social e política que produzem diferentes e importantes situações e contextos de aprendizagem.

Dito isto, podemos inferir que o processo de aprendizagem ocorre, independentemente do lugar ou local, do contexto, da origem, da envolvência social, da família, sendo um processo de origem transversal e assenta nas mais variadas vertentes educacionais e informativas socioculturais presentes no dia-a-dia da vida em sociedade.

No entanto, a educação dentro da sua especificidade, pode surgir de várias maneiras/formas, podendo-se considerar a sua proveniência de origem formal, informal e não formal. Mas é importante clarificar que na educação informal, os processos educativos acontecem sem qualquer intencionalidade, já na Educação Formal e não formal, os processos educativos são diferenciados e específicos.

1.2 A Educação Formal

O funcionamento do sistema de Educação Formal, na maioria dos países, é sustentado pelo Estado, apesar de que alguns países autorizem e reconheçam sistemas privados que oferecem um ensino paralelo.

Em Portugal, o sistema de Educação Formal depende das direções europeias tomadas com base na problemática social, económica e política, sendo as escolas meras repartições locais que aplicam indicações superiores.

1.2.1 O que é a Educação Formal?

Não é difícil compreendermos o conceito de Educação Formal se a ele associarmos aquilo que conhecemos como escolas, colégios, universidades, enquanto organizações de ensino “tradicional”, centradas nas figuras professor/aluno. (Pinto, 2005)

Segundo Gohn (2006, p. 28), “a Educação Formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados”. Para Gaspar (1990)

A educação com reconhecimento oficial, oferecida nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, costuma ser chamada de Educação Formal. É uma instituição muito antiga, cuja origem está ligada ao desenvolvimento da nossa civilização e ao acervo de conhecimentos por ela gerados. (p. 171)

A Educação Formal encontra-se estruturalmente integrada nas escolas e naturalmente nas instituições escolares, sendo estes lugares privilegiados para que haja uma Educação Formal, de formação específica, na qual se desenvolve a autonomia de pensamento, de ações, de habilidades e capacidades. (Francisco, 2005, p. 142)

Esteban (2005, p. 168) reforça que a Educação Formal, “debe pertenecer o estar inserta por próprio derecho en el devenir general de la “educación a lo largo de la vida”.

O conceito de aprendizagem ao longo de toda a vida aparece, pois, como uma das chaves de acesso ao século XXI. Delors (2001, p. 89) afirma que “A educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas”.

1.2.2 Onde ocorre a Educação Formal?

Contudo a Educação Formal relativamente ao espaço físico onde ocorrem os processos de aprendizagem acontecem, segundo Gohn (2006, p. 29), no “território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo

diretrizes nacionais.”. Relativamente ao ambiente, Gohn (2006, p. 29) refere que, “A Educação Formal pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente”.

Em suma, podemos dizer que a Educação Formal tem lugar nas escolas, colégios e instituições, onde existem currículos, programas e regras de certificação que são aprovados e reconhecidos pelos órgãos competentes. (Pinto, 2005)

1.2.3 Quais os objetivos da Educação Formal?

Segundo Gohn (2006), a Educação Formal possui diversos objetivos, a autora refere que

(...) entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentro os quais destacam-se o de formar o individuo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc. (p. 29)

Na Educação Formal, segundo Gohn (2006, p. 30), “espera-se, sobretudo que haja uma aprendizagem efetiva (que, infelizmente nem sempre ocorre), além da certificação e titulação que capacitam os indivíduos a seguir para graus mais avançados.”, para Esteban (2005), a escola não se encontra preparada para certas situações. O autor refere que

La escuela no está preparada para ocuparse de aquellos niños o jóvenes que están en “situación de riesgo”, tienen problemas conductuales, o son infractores o delincuentes juveniles. La escuela, ocupada como está en cumplir las exigencias curriculares establecidas por el sistema, no tiene ni tiempo, ni medios, ni profesionales preparados para ocuparse de estos problemas. (p. 173)

Estas dificultades ocorrem na escola, segundo Esteban (2005, p. 173) “dada la dificultad de los problemas y la insuficiencia de las agencias tradicionales –la familia y la escuela- , así como su compleja realidad social”, Álvarez (1999, citado em Esteban, 2005, p. 173), acrescenta que se deve “romper el muro que se ha levantado con cierta complacencia entre los entornos formales e informales de desarrollo, y empezar a experimentar modos flexibles de trabajo conjunto”.

1.3 A Educação Não Formal

1.3.1 O que é a Educação Não Formal?

A Educação Não Formal surge face à necessidade de colmatar as lacunas da Educação Formal. A Educação Não Formal é tão antiga como a Educação Formal, como afirma Vázquez (1998)

Se ha dicho al principio que, como fenómeno, la educación que ahora denominamos no formal es tan antigua, si no más, que la educación formal; si hacemos caso a lo que dice la sociología de la educación, aquélla es mucho más antigua”. (p. 22)

A Educação Não Formal, segundo Pinto (2005, p. 3), tornou-se sumariamente naquilo que se dominava de “educação fora da escola”. O autor reforça ainda que “a educação não-formal é vista como complementar, e não como contraditória ou alternativa ao sistema de Educação Formal e deve, pois, ser desenvolvida em articulação permanente quer com a Educação Formal”.

Cañellas (2005) faz o seguinte enquadramento quanto ao significado da Educação Não Formal:

La educación formal se contamina de materias y contenidos que hasta há sólo unas décadas eran propios de la educación no formal. Me refiero po ejemplo a una gran parte de las materias transversales que han inundado, obligatoriamente, el sistema educativo. La educación para la salud, la educación ambiental, la educación para el consumo, para la igualdad de sexos y tantas otras, eran hasta antes de la LOGSE competencia casi absoluta de los diversos modos de desarrollo de la educación no formal, pero que, sin embargo y como decíamos, forman parte ahora del acervo escolar formal. (p. 13)

A Educação Não Formal pode também ser vista como “um processo de aprendizagem social centrado no formando/educando, através de atividades que têm lugar fora do sistema formal sendo complementar deste”, tal como é referido por Pinto (2005, p. 4).

Esta educação também pode ser considerada como uma continuação da Educação Formal, que está encarregue de transmitir conhecimentos porque, tal como refere Cañellas (2005):

educación no formal es considerada como un continuum de la educación formal. Así, si esta es la encargada de aportar los fundamentos del conocimiento y de las aptitudes necesarias para que el hombre pueda encauzar su vida, la educación no formal, a modo de segunda etapa, presupone aportar las herramientas para capacitarlo ante los cambios e innovaciones a los que se tendrá que someter en las múltiples facetas que a buen seguro le aportará la vida. (p. 13)

Para Gohn (2006, p. 28), a Educação Não Formal “é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”.

Conclui-se que a expressão Educação Não Formal surge de forma a satisfazer as necessidades de respostas extraescolares, ou seja, segundo Pinto e Pereira (2008, p. 4) uma “abordagem que deriva da própria origem do conceito de educação não-formal, vista como uma resposta educativa para colmatar os problemas não resolvidos dentro do sistema de Ensino Formal”. É nesta abordagem que devemos compreender hoje o papel da Educação Não Formal. Segundo Vázquez (1998, pp. 16-17) “la educación no formal entra en una relación directa con la educación formal y con la educación informal, componiendo un (sub)sistema educativo que se desarrolla a lo largo de toda la vida de los individuos y las comunidades”.

Como podemos depreender, Educação Não Formal abrange todo o processo de aprendizagem que é feita ao longo da vida de um acesso efetivo, ao conhecimento e às habilidades, com ou sem certificados institucionalizados. Este processo de aprendizagem requer, antes de tudo aprender a aprender para que mais tarde, através da autoaprendizagem ou programas de Educação Não Formal organizado por instituições educacionais, bem como as empresas e outras entidades públicas ou privadas consiga aprender a ser, a trabalhar, a preservar, a viver com dignidade e a viver em sociedade.

Em suma, a Educação Não Formal defende que a educação está para lá da porta da escola. A sua grande missão é complementar a Educação Formal (escolar), uma vez que esta não preenche todos os domínios da educação, nem atende às necessidades do mundo atual.

1.3.2 Onde ocorre a Educação Não Formal?

Assim como a Educação Formal, a Educação Não Formal também possui um espaço físico, onde ocorrem os atos ou processos educativos. Gohn (2006, p. 29) refere

que “os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais”.

Segundo Pinto (2005),

A educação não-formal tem formatos altamente diferenciados em termos de tempo e localização, número e tipo de participantes (formandos), equipas de formação, dimensões de aprendizagem e aplicação dos seus resultados. É importante sublinhar, no entanto, que o facto de não ter um currículo único não significa que não seja um processo de aprendizagem estruturado, baseado na identificação de objetivos educativos, com formatos de avaliação efetivos e atividades preparadas e implementadas por educadores altamente qualificados. (p. 4)

Relativamente ao modo como se educa, Gohn (2006, p. 29) refere que esta “ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas poderá ocorrer por força de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um”.

Os espaços associados à Educação Não Formal são os mais utilizados como extensões para práticas de Educação Formal.

Podemos concluir que estes espaços podem ter níveis de organização mais simples, de carácter mais pessoal e/ou familiar, como os situados em contextos domésticos ou ainda mais complexos, como aqueles de espaços comerciais e outros institucionais.

1.3.3 Quais os objetivos da Educação Não Formal?

No que concerne à sua finalidade e objetivos, Pinto (2005, p. 5) salienta que este envolve o “desenvolvimento de saberes e competências, um vasto conjunto de valores sociais e éticos, tais como os direitos humanos, a tolerância, a promoção da paz, a solidariedade e a justiça social”, reforça ainda a ideia, afirmando que a Educação Não Formal “procura propiciar o enquadramento adequado para responder às aspirações e necessidades específicas do formando/ educando, bem como para desenvolver as suas competências pessoais, potenciando a sua criatividade”.

Segundo Gohn (2006), a Educação Não Formal

capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os

indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados *a priori*, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. (p. 29)

Os principais atributos da Educação Não Formal referida por Gohn (2006, p.30) são: “não é organizada por séries/ idade/ conteúdos, atua sobre aspetos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo”. Quanto aos resultados, espera-se que haja uma maior consciência e organização de como agir em grupos coletivos, haja uma construção e reconstrução de concepção de mundo e sobre o mundo, formando o indivíduo para a vida e suas adversidades; e por fim a educação informal resgata o sentimento de valorização de si próprio, dando hipótese de os indivíduos desenvolverem sentimentos de autovalorização.

É ainda importante realçar que a Educação Não Formal possui formatos altamente diferenciados, porém não possui um currículo único, o que não significa que esta não seja um processo de aprendizagem estruturado, baseado na identificação de objetivos educativos, com formatos de avaliação efetivos e atividades preparadas e implementadas por educadores altamente qualificados. (Pinto, 2005)

1.3.4 Porque é que a Educação Não Formal deve ser reconhecida?

A Educação Não Formal deve ser reconhecida e valorizada, de forma a que esta se torne um complemento da Educação Formal, tal como refere Trilla-Bernet (2003, citado em Pinto e Pereira, 2008, p. 4):

A escola é, com certeza, a instituição pedagógica mais importante de entre aquelas que até hoje a sociedade foi capaz de oferecer. No entanto (...) a escola ocupa apenas um sector do universo educacional; no que resta dele encontramos, por um lado, o imenso conjunto de resultados educativos adquiridos através da rotina comum do dia-a-dia (...) e, por outro, aquele sector heterogéneo, múltiplo e diverso (...): aquele ao qual foi dado o nome de 'educação não-formal. (p. 106)

Mais do que um espaço/campo educacional ou uma atividade, a Educação Não Formal deverá ser reconhecida como parte integrante da Educação Formal, como um setor de educação completo, heterogéneo e dinâmico. (Pinto, 2007)

1.3.5 Que estratégias sugere a Educação Não Formal?

Uma vez que a Educação Não Formal pode ser vista como um suplemento para os alunos com algumas dificuldades que se encontram a frequentar as Escolas Formais, e uma vez que os currículos escolares muitas vezes cobrem temas centrais, mas que por sua vez são tão importantes como outros, o *Guidebook for planning Education in emergencies and reconstruction* (UNESCO, 2010), sugere algumas estratégias na Educação Não Formal.

Assim, são propostas sete estratégias:

- 1) “Prepare a Framework for non-formal education, according to the phase of emergency. At the early reconstruction phase, prepare a national plan of action”; Esta fundamenta-se em considerar inúmeras atividades de programas, por um lado programas de rádio e cursos de alfabetização, por outro considerar a vinculação da Educação Não Formal com as diversas atividades desportivas, recreativas e culturas, articular com os outros Ministérios que oferecem Educação Não Formal e Formação, desenvolver um programa de formação de Formadores e Professores para a Educação Não Formal e divulgação de Jovens e ainda desenvolver uma estratégia para envolver a sociedade civil na oferta de Educação Não Formal, para a pilotagem e avaliação de programas inovadores, tais como Centros de Aprendizagem da Comunidade, para o uso de rádio e outras tecnologias de comunicação.
- 2) “Provide guidance to civil-society organizations on the conduct of non-formal education programmes”, aqui considera-se que o campo da Educação Não Formal atrai muitas organizações que podem não ter a devida orientação pedagógica necessárias para a realização de programas eficazes, poderá provocar um choque entre as várias modalidades organizacionais e políticas causando alguns problemas, nomeadamente relacionados com a certificação.
- 3) “In the immediate aftermath of an emergency, education providers should consider establishing organized sports and recreational activities”. As atividades organizadas ajudará a seu tempo as crianças, uma vez que estas são uma mais-valia no seu processo de cura psicossocial e aprendizagem ou reaprendizagem das habilidades sociais e emocionais.

- 4) “When setting up non-formal education activities, education community groups”, uma vez que é importante que todos os agentes intervenientes na Educação Formal ou Não Formal participem para que seja garantido o sucesso das aprendizagens.
- 5) “Education providers should consider enriching formal schooling with non-formal activities”, considera-se suplementar as atividades não formais para crianças e jovens que se encontram a frequentar a escola e a discutir as diversas opções com os educadores, comunidade, pais, crianças e jovens. É também importante observar alguns temas relevantes e introduzi-los na Educação Formal, já que muitos alunos podem não ter disponibilidade ou permissão da família para participar em atividades complementares à Educação Formal.
- 6) “Education providers should develop a plan for raising interest in and pilot testing the proposed non-formal education activities”, desenvolver um plano para aumentar o interesse da Educação Não Formal passa por publicitar em anúncios nas escolas, para que estas possam chegar às famílias e amigos, mas também poderá ser através das associações de pais e professores e membros da comunidade.

Para que todas estas estratégias sejam alcançadas com sucesso é necessário que haja um *feedback*, da comunidade educativa tal como propõe a sétima estratégia,

- 7) “Education providers should develop a system of monitoring and feedback”.

1.4 Sala de Estudo como espaço pedagógico

Como já foi referido anteriormente, outras modalidades de ensino têm começado a ser recentemente consideradas como tendo um papel importante na formação e desenvolvimento dos alunos. O que estava apenas confinado ao Ensino Formal, tende a alargar-se a espaços extraescolares tais como Salas de Estudo, Explicações, Atividades de Tempos Livres (ATL) ...

Estes espaços extraescolares, de uma maneira geral têm-se constituído como modelos de intervenção que visam o desenvolvimento pessoal e social do aluno e procuram combater o “insucesso” na escola. (Araújo, 2006)

Os alunos, por sugestão do professor, podem pedir ajuda para fazer os trabalhos de casa (TPC), para resolver qualquer tipo de problemas, para preparar um trabalho ou para esclarecer qualquer dúvida. Na Sala de Estudo é possível fomentar e favorecer situações de ensino mútuo, de trabalho de grupo e de aprender a aprender (metacognição), que poderão produzir frutos, tanto ao nível do desenvolvimento cognitivo como do desenvolvimento pessoal e social.

A autora Araújo (2006) sublinha a ideia de quanto é importante este espaço no “mundo” das crianças, afirmando que

Apesar da instrução ser obrigatória, laica e gratuita desde há vários anos, não parece ser ainda suficiente, pelo que tem sido considerado normal, nestas instituições, aproveitar o tempo de descanso das crianças para “aperfeiçoar” essa instrução considerada insuficiente e mal distribuída. (p. 19)

É no âmbito de mudar para um ensino-aprendizagem onde não haja insucesso escolar e seguindo as orientações legais, que as Salas de Estudo devem dinamizar e aperfeiçoar o funcionamento de um espaço que venha colmatar as necessidades e dificuldades dos alunos, apoiando-os sempre que necessitem.

O acompanhamento escolar pressupõe oferecer às crianças os recursos considerados essenciais para o seu “sucesso escolar”.

Por norma, as Salas de Estudo têm como objetivos e finalidades:

- a) Desenvolver a autonomia dos alunos;
- b) Contribuir para a eficácia dos alunos na organização das aprendizagens e na realização de trabalhos escolares, ajudando-os a estudar, a organizar os cadernos diários, a consultar livros e documentos diversos, a realizar trabalhos de casa;
- c) Possibilitar o apoio especializado para esclarecimento de dúvidas sobre assuntos já abordados na escola;
- d) Incentivar o desenvolvimento de hábitos e técnicas de estudo em alunos pouco motivados;
- e) Ajudar os alunos a identificar os recursos necessários à realização das suas tarefas;
- f) Proporcionar aos alunos o acesso a instrumentos de trabalho;
- g) Proporcionar um conjunto de atividades que visa despertar no aluno uma descoberta afetiva do mundo que o rodeia e incentivar a autonomia da criança e a sua socialização como processo de crescimento e desenvolvimento.

A Sala de Estudo tem ainda o papel de informar os Encarregados de Educação sobre a assiduidade dos alunos a este espaço, bem como as atividades que desenvolveram. Estas possibilitam uma aprendizagem independente, e simultaneamente a existência de sessões de apoio, dinamizadas por professores, com o objetivo de promover a aquisição ou desenvolvimento de competência.

Este espaço pedagógico permite atender às necessidades e interesses individuais, contemplando diferentes ritmos de aprendizagem, partilhar estratégias de aprendizagem e facilitar a identificação, por cada aluno, da forma de proceder que, para si, mais propicia a aquisição de conhecimentos; envolver os alunos na tomada de decisões, estimulando-os a estabelecer os seus próprios objetivos de aprendizagem, selecionando os conteúdos a abordar, as atividades a realizar e os materiais a utilizar, o que contribuirá para aumentar a motivação.

Assim, é preciso fazer com que este não seja só mais uma das inúmeras tentativas de acabar com o insucesso escolar. É preciso fazer com que este seja o espaço que complementa a escola e que vai ajudar a combater os elevados números de insucesso. Para isto acontecer é necessário o empenho de todos os professores/monitores e alunos que o frequentam.

1.4.1 O Insucesso Escolar

A questão do insucesso, apesar de inicialmente ter sido encarada de um modo passivo, é um tema muito discutido há várias décadas e tem sido um dos assuntos mais predominantes na vida dos pais e dos professores, como se constata na legislação produzida pelo Decreto-lei n.º74/2004, de 26 de Março.

Quando se fala de Insucesso Escolar, não existe grande consenso quanto ao seu significado. Segundo o Ministério da Educação (1995), “entende-se o insucesso escolar como a incapacidade que o aluno revela de atingir os objetivos globais definidos para cada ciclo de estudos. Os indicadores utilizados dizem essencialmente respeito às taxas de retenção, de abandono e de insucesso nos exames”. (p. 47)

Diz-se, então, que qualquer entidade apresenta insucesso quando não consegue atingir os objetivos propostos ou isso não acontece no tempo previsto. Pode ainda, e não obstante terem sido atingidos os dois pontos anteriores, não existir uma adequação entre

os conteúdos realizados e os objetivos das partes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem os quais são contraditórios.

Para Benavente (1976), a questão do insucesso escolar pressupõe a existência de inúmeros fatores que incluem políticas educativas, as questões de aprendizagem, os conteúdos e mesmo a relação pedagógica que se estabelece nomeadamente entre a escola e a realidade em que os alunos vivem; entre as aprendizagens exigidas pela escola e as que fazem na família e no meio social; e entre as aspirações, normas e valores da família e as exigidas pela escola. O Insucesso Escolar é usualmente atribuído ao facto de os alunos não atingirem as metas propostas dentro dos limites temporais definidos e traduzem-se na prática pelas taxas de reprovação, repetência e abandono escolar. Este é o insucesso institucionalmente considerado. Contudo, existe outro tipo de insucesso escolar não facilmente qualificável, mas provavelmente mais nefasto: a (des)adequação entre os conteúdos transmitidos na escola, as aspirações dos alunos e a não conjugação destes fatores com as necessidades do sistema social.

Assim afirma Gall (1978, p. 31) “O estudo dos insucessos provisórios («repetições») ou definitivos (desistências) faz aparecer dois novos tipos de causas: um, estrutural, liga-se à organização escolar; o outro, funcional, é de origem psicossociológica”.

Assim sendo, no estudo do fator insucesso escolar, é preciso ter em conta três realidades: o aluno, o meio social e a instituição escolar (Benavente, 1976), sendo na relação entre elas que se deve procurar e evidenciar os fatores de insucesso e as suas causas explicativas.

As causas/fatores do Insucesso Escolar convergem para um ponto em que tem de haver transformações nas escolas, ao nível das suas estruturas, conteúdos e práticas, procurando adaptá-las às necessidades dos diversos alunos que a frequentam. Mas é do nosso conhecimento que para os professores darem cumprimento à sua tarefa de educação e formação integral dos alunos, o Ensino Formal tal como tem sido promovido nas escolas, tem mostrado limitações (Pinto e Pereira, 2008).

Por isso, Marujo, Neto e Perloiro (2005, p. 153) afirmam que “quase todas as crianças precisam de algum tipo de ajuda para estudar, fazer os trabalhos de casa ou aprender novas coisas. O envolvimento dos professores e dos pais é indispensável, mas por vezes não é suficiente e torna-se também necessário recorrer a um explicador”.

Como resultado, os espaços extraescolares tais como Salas de Estudo, Explicações, Atividades de Tempos Livres (ATL) são procurados por Encarregados de

Educação, e na verdade, estes espaços têm objetivos definidos de forma a alcançar o sucesso.

Segundo Araújo (2006, p.28) “Estes apoios não se colocam como alternativos à escola, mas, muito pelo contrário, confirmam o seu papel central e, muitas vezes, subordinam-se às suas lógicas”.

1.4.2 Estratégias para o Sucesso

Promover o sucesso educativo das crianças e jovens é uma tarefa prioritária. A motivação é considerada como um fator determinante no contexto escolar e igualmente determinante para o sucesso da aprendizagem. Segundo os autores Marujo, Neto e Perloiro (1998, p. 12) não há receitas imediatas, nem soluções infalíveis, eles acreditam que “todas as crianças e jovens podem melhorar o rendimento escolar, as atitudes perante o estudo e perante si mesmos, os métodos e estratégias de trabalho e as motivações para terem sucesso”.

Pelo exposto, o uso do termo “estratégias” refere-se aos meios utilizados pelos professores na articulação do processo de ensino, de acordo com cada atividade e os resultados esperados.

Como é do nosso conhecimento, qualquer atividade a ser desenvolvida necessita de procedimentos adequados, neste caso o que se pretende é educar o aprendiz para obter a sua autonomia, independência e senso crítico.

Assim afirma Burniaux (1977):

a transmissão dos conhecimentos pode realizar-se sob diferentes formas (cursos orais, estudos livrescos, meio audiovisuais) e implica sempre a aplicação das técnicas fundamentais: ver, ouvir, falar, ler e escrever. O domínio imperfeito destas técnicas constitui um sério obstáculo aos estudos. (p. 20)

Também Felizardo (1994, p. 13) realça este aspeto ao sugerir que estratégias é “um conjunto de atividades que levam o aluno a conhecer-se melhor, a conhecer os outros, a respeitá-los e a desenvolver comportamentos e sentimentos positivos”.

Assim sendo, Felizardo (1995, p. 15) admite que as atividades proporcionam “um trabalho ativo, dinâmico e dirigido ao sucesso fornecendo ao professor pistas que levam a um maior conhecimento do aluno”.

Pelo exposto, entendemos que as estratégias de ensino-aprendizagem passam também pela influência direta do grupo de alunos a quem se destinam, pois é pertinente que o aluno deseje aprender e que se esforce para se sentir plenamente satisfeito com o resultado. Cabe ao professor, privilegiado na proximidade em relação aos alunos, contagiar com uma atitude positiva e confiante para os incentivar à descoberta, ao desenvolvimento e à esperança.

CAPÍTULO II
METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2.1 Âmbito da Pesquisa

A investigadora, enquanto professora do 1º ciclo do ensino básico a trabalhar há mais de 5 anos em ATL e Salas de Estudo sempre se questionou sobre os motivos que levam os alunos a recorrer a estes espaços. Assim, no âmbito do mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, na Escola Superior de Educação João de Deus, pretendemos encontrar respostas para as questões relacionadas com essa mesma temática e pretendemos apresentar uma investigação empírica que visa compreender e caracterizar quais os motivos que levam os alunos, cada vez mais, a recorrer às Salas de Estudo. Assim, passamos a enumerar as seguintes questões de investigação:

- Será que as Salas de Estudo cumprem com os objetivos para as quais foram criadas?
- Em que medida as Salas de Estudo apoiam o combate ao insucesso escolar?
- Qual o contributo das Salas de Estudo no processo e socialização do aluno?
- De que forma as Salas de Estudo influenciam o gosto pela aprendizagem?

Segundo Estrela (1994, p. 13), “Não será possível elaborar nenhum projeto, nenhum estudo científico sem o conhecimento da realidade a que ele se refere, isto é, sem se conhecer o campo em que se quer intervir”.

Desta forma, investigámos e analisámos alguns documentos que facultavam a informação essencial para conhecer e elucidar dados importantes para proceder à descrição e caracterização do campo e do alvo do presente estudo. Assim, refere o mesmo autor (1994, p. 13) que “o conhecimento do real constitui a primeira etapa do trabalho”.

Bogdan e Biklen (1994, p.113) esclarecem que a forma que os investigadores qualitativos utilizam para recolher os dados é o trabalho de campo. Ou seja, os investigadores “Encontram-se com os sujeitos, passando muito tempo juntos no território”, como é o caso da investigadora que é professora e coordenadora de uma Instituição que tem valência de Sala de Estudo. Desta forma, foi possível obter dados considerados válidos do campo da investigação, recorrendo a documentos internos da organização (regulamento interno e projeto educativo) para caracterizar a realidade do campo e do alvo.

Com base na leitura, interpretação e análise de documentos procedemos à caracterização do âmbito da nossa pesquisa.

2.1.1 Caracterização do Campo

A escolha do terreno recaiu numa Sala de Estudo (campo da pesquisa) que se situa em Cabanas, no conselho de Palmela, no distrito de Setúbal, onde a investigadora é professora e coordenadora, como já foi referido anteriormente.

Esta Sala de Estudo faz parte de uma Instituição Particular com Fins Lucrativos que se rege por um conjunto de normas e regras estabelecidas em regulamento interno e é constituída pelas valências de Berçário, Creche, Jardim de Infância, ATL e Sala de Estudo. Recebemos crianças com idades compreendidas entre os 6 e 12 anos. É uma sala com capacidade para 20 crianças e está equipada de acordo com as necessidades e capacidades das crianças com esta idade.

O horário normal de funcionamento da Sala de Estudo é das 9h00 às 12h30, no período da manhã e das 13h30 às 19h, no período da tarde. Esta sala situa-se no piso 0 da Instituição. É uma sala ampla e com muita luminosidade natural. Todo o espaço da Sala de Estudo foi pensado e organizado em função do aluno, de forma a permitir que este realize novas descobertas, explore ativamente os espaços e materiais, adquirindo competências cada vez mais complexas e se relacione com o mundo à sua volta.

Assim a sala encontra-se, dentro do possível (dada a faixa etária do grupo) dividida por áreas de interesse que poderão ser alteradas consoante as necessidades e interesses do grupo. Estas áreas são: a área da biblioteca, a área das artes e das ciências, a área da informática, a área dos jogos e a área dos manuais escolares.

2.1.2 Caracterização do Público-Alvo

A razão de ser da Sala de Estudo são os alunos (público-alvo), assim o universo conta com todos os alunos que frequentam a Sala de Estudo. Não foi realizado qualquer tipo de seleção, devido ao facto do universo ser relativamente pequeno.

O público-alvo é constituído por dezanove alunos, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, que frequentam os 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico.

O público-alvo reside, em grande parte, na zona envolvente à Sala de Estudo e são predominantemente originários de família de classe média.

2.2 Investigação Qualitativa

Para melhor desenvolver este estudo e obter algumas executáveis soluções, recorreremos a uma investigação qualitativa que, segundo Guba e Wolf (1978, citado em

Bogdan e Biklen, 1994, p. 17) é uma investigação “frequentemente designada por naturalista, porque o investigador frequenta os locais em que naturalmente se verificam os fenómenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas”.

Segundo os mesmos autores (1994, p. 16), “utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características”, relativamente aos dados recolhidos estes, “são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”.

Neste âmbito, as metodologias de carácter qualitativo permite-nos um maior aprofundamento dos fenómenos e um maior acesso à sua riqueza.

De acordo com Afonso (2005, p. 43), “Os estudos naturalistas caracterizam-se pela investigação de situações concretas existentes e identificáveis pelo investigador, sem intervenção, em termos de manipulação, física e deliberada, de quaisquer variáveis”.

É neste tempo que se verifica uma relação mais próxima com os investigados e daí ser importante informar os mesmos sobre o trabalho que se está a realizar e como se prevê a sua participação.

2.3 Estudo de caso

No que diz respeito ao tipo de estratégia de investigação optámos por uma investigação de tipo estudo de caso que, segundo Lessard-Hérbert *et al.* (2008, p. 169), “o investigador está pessoalmente implicado ao nível de um estudo aprofundado de casos particulares. Ele aborda o seu campo de investigação a partir do interior”.

É relevante salientar que num estudo de caso existem diferentes passos de investigação, que vão desde a colocação de questões a investigar, ao estabelecimento de unidade de análise, até às fases de recolha, tratamento e interpretação da informação relativas às questões de investigação, através de numerosas técnicas de recolha de dados (inquéritos por questionários e análise documental...), e como qualquer outro método, o estudo de caso tem vantagens e desvantagens. Da mesma opinião é Bogdan e Biklen (1994) quando assemelham um estudo de caso e um funil:

Os investigadores procuram locais ou pessoas que possam ser objeto do estudo ou fontes de dados e, ao encontrarem aquilo que pensam interessá-lhes, organizam então uma malha larga, tentando avaliar o interesse do terreno ou das fontes de dados para os seus objetivos (...). Começam pela

recolha de dados, revendo-os, explorando-os (...) à medida que vão conhecendo melhor o tema em estudo (...) acabarão por tomar decisões no que diz respeito aos aspetos específicos do contexto, indivíduos ou fonte de dados que irão estudar. (pp. 89-90)

Como refere Stake (1994, citado em Afonso, 2005, p. 70) a finalidade do estudo não é representar o mundo mas sim representar o caso. (...) A utilidade da investigação de casos para os práticos e para os decisores políticos reside na expansão da sua experiência”.

Em síntese, segundo Bell (1997, p. 88) o objetivo do estudo de caso “é obter o leque de respostas (...) que lhe permita cumprir os objetivos do estudo e lhe forneça as respostas a questões-chave”.

2.4 Fontes de Dados

Os diferentes tipos de dados obtêm-se através das fontes (pessoas e documentos): Os autores Bogdan e Biklen (1994, p. 149) definem os dados como sendo os “materiais em bruto que os investigadores recolhem do mundo que se encontram a estudar”.

Sendo que o objeto de estudo deste trabalho é compreender e caracterizar quais os motivos que levam os alunos cada vez mais a recorrer às Salas de Estudo, é importante definir a população onde se pretende trabalhar.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 47), “a fonte de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”. Bell (1997, p. 78) refere que “há certas vantagens em levar a cabo uma investigação «interna», pois possui-se um conhecimento muito próximo do contexto da pesquisa e da micropolítica da instituição”.

Desta forma, os dados recolhidos foram realizados no ambiente natural da Sala de Estudo, através dos informadores-chave do nosso trabalho (os alunos e respetivos Encarregados de Educação ligados à Sala de Estudo). A escolha destes participantes como fonte de dados prende-se com o facto de conhecerem o campo e o alvo do estudo.

2.5 Instrumentos de recolha de dados

Tomada a decisão de realizar um estudo de caso, qualitativo, embora com apoios de métodos quantitativos, como já foi referido, a recolha de dados neste estudo foi exclusivamente feita pela investigadora e no contexto escolar, baseando-se fundamentalmente nos seguintes instrumentos, por considerarmos os mais adequados:

(i) nos inquéritos (questionário aos alunos e respetivos Encarregados de Educação) e (ii) na análise documental (o regulamento interno, o projeto educativo).

Em síntese, a nossa investigação consiste num estudo de caso qualitativo na medida em que decorreu no ambiente natural (Sala de Estudo) e os dados foram recolhidos através de inquéritos por questionário e de análise documental.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 149), “O termo dados refere-se aos materiais em bruto que os investigadores recolhem do mundo que se encontram a estudar; são os elementos que formam a base da análise”, ou seja, os instrumentos de recolha de informação têm como objetivo obter o conjunto de respostas mais representativo possível que permita cumprir os objetivos do estudo e forneça respostas a questões-chave.

Em relação a todos os dados recolhidos teve-se sempre em consideração, a necessidade de obtenção das devidas autorizações e a garantia de confidencialidade/anonimato relativamente a todos os intervenientes.

De seguida, analisam-se e descrevem-se as técnicas utilizadas nesta investigação bem como a organização dos dispositivos operacionais das mesmas.

2.5.1 Inquérito por questionário

Para a realização do estudo recorreu-se à técnica do inquérito por questionário, sendo considerada a técnica mais correta, pois segundo Quivy e Champenhoudt (2003, p. 189) a utilização do inquérito por questionário é especialmente adequado à “análise de um fenómeno social que se julga poder apreender melhor a partir de informações relativas aos indivíduos da população em questão”.

Assim, o inquérito por questionário constitui um instrumento valioso de recolha de informação no sentido em que permitem investigar o comportamento e a frequência de certas variáveis previamente definidas na construção do modelo de análise numa dada população previamente selecionada.

A escolha desta técnica, deve-se ao facto de poder quantificar um grande número de dados e, por conseguinte, fazer muitas análises de correlação, pois seria mais difícil fazer uma entrevista a todos os alunos que frequentam a Sala de Estudo, bem como a todos os Encarregados de Educação. Por isso, o inquérito por questionário tornou-se mais prático e célere.

Consideramos o inquérito por questionário, um trabalho delicado e por isso a preparação deste tipo de recolha de dados requer alguma atenção, como refere Bell

(1997, p. 26), “A formulação das perguntas não é tão fácil como pode parecer, sendo também necessário conduzir cuidadosamente o inquérito por forma a garantir que todas as perguntas signifiquem o mesmo para todos os inquiridos”.

Este instrumento de recolha de dados tem que estar inevitavelmente ligado à questão inicial do estudo a qual conduz toda a sua construção. Obrigatoriamente relaciona-se com os objetivos, inspira-se na revisão da literatura sobre o tema e tem de estar orientado para a verificação das hipóteses, através da sua operacionalização em variáveis e indicadores. Finalmente, é preciso definir o universo, de acordo com os objetivos da investigação e sobre a qual é aplicado o inquérito por questionário.

Na elaboração dos inquéritos por questionários tivemos presentes as normas consideradas importantes para a construção desta técnica, nomeadamente ao nível da apresentação, estrutura e linguagem.

2.5.2 Análise documental

A análise documental consta na consulta de documentos oficiais e escritos, analisados durante o processo de recolha de dados, com o objetivo de obter informações que respondam às questões da investigação.

Segundo Bell (1997, p. 101) a análise documental “servirá para complementar a informação obtida por outros métodos; noutros constituirá o método de pesquisa central ou mesmo exclusivo”.

Neste estudo, consultámos os documentos da instituição em estudo, como o regulamento interno e o projeto educativo uma vez que estes retratam, de algum modo, como funciona a Sala de Estudo.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2003, p. 203), um dos principais benefícios da utilização deste método é representar a “valorização de um importante e precioso material documental que não pára de se enriquecer”. Ele é hoje umas das técnicas mais comuns na investigação empírica.

Os mesmos autores esclarecem que, “os dados não são recolhidos pelo próprio investigador, de acordo com os critérios que mais lhe convêm” (p. 204), devem ser manipulados e apresentados para verificarem as hipóteses. Contudo, essas manipulações não podem alterar as características que justificam a utilização desses dados.

A análise documental permite assim complementar o trabalho e atribuir autenticidade aos dados obtidos, através dos outros instrumentos de recolha.

2.6 Critérios de rigor científico dos dados recolhidos

Segundo Afonso (2005, p. 111), “A recolha de dados constitui apenas a fase inicial do trabalho empírico”. A concretização da pesquisa depende da organização e do tratamento desses mesmos dados, tarefas que se revelam mais exigentes e complexas que a recolha de informação.

Desta forma, antes de entregar os questionários, tornou-se necessário testar a sua estrutura e a compreensão das questões apresentadas bem como a coerência do próprio questionário, através de um pré-teste. Neste sentido foram entregues dez inquéritos a dez alunos e dez Encarregados de Educação escolhidos aleatoriamente e que não pertenciam ao universo. Este pré-teste foi muito importante pois serviu para identificar algumas lacunas existentes, referentes à compreensão de algumas questões, sendo estas posteriormente devidamente corrigidas. Após esta fase, as questões foram revistas pela orientadora desta dissertação que aprovou o conteúdo das mesmas, face aos objetivos que se pretendiam obter.

Depois das correções, os inquéritos foram distribuídos no dia 14 de fevereiro de 2013, pelos dezanove alunos e respetivos Encarregados de Educação da Sala de Estudo, onde se explicou numa nota introdutória a investigação em curso, esclarecendo o tema do estudo – A importância das Salas de Estudo.

O inquérito aplicado aos alunos (Anexo 3) é constituído por duas partes, isto é, nas primeiras três questões, os alunos assinalam a sua idade, o sexo e o ano de escolaridade que frequentam. Para dar resposta às questões de investigação foram formuladas um conjunto de catorze perguntas fechadas, as quais apresentam várias opções de resposta. Os alunos têm de assinalar apenas 1 resposta, a que mais se adequasse à sua opinião.

Quanto ao inquérito aplicado aos Encarregados de Educação (Anexo 4), com questões semelhantes às dos alunos de forma a ser possível o cruzamento de informações, é composto por oito perguntas semiabertas, que tentam dar resposta às questões de investigação. A modalidade de questões fechadas e abertas, procedendo-se da seguinte forma: cada inquirido responde a cada questão através das opções dadas e, seguidamente, justifica a sua resposta manifestando a sua opinião, de forma a facilitar o preenchimento e expor as principais ideias envolvidas no tema em estudo. Os dados dos Encarregados de Educação não são apresentados porque não foram pedidos, uma vez que não era nosso objetivo recolher dados pessoais sobre eles mas sim sobre os alunos.

Neste sentido, os alunos e os Encarregados de Educação inquiridos responderam de forma pronta e generosa às questões sobre os motivos que levam os alunos a recorrer às Salas de Estudo.

Os dados resultantes dos inquéritos por questionário foram entregues e recolhidos na Sala de Estudo, pela própria investigadora, aos alunos e Encarregados de Educação. No entanto, verificou-se que um inquérito não foi preenchido.

Neste estudo, caracterizado pela sua natureza qualitativa, não podemos limitar-nos a organizar e descrever os dados recolhidos através da aplicação dos diferentes instrumentos de recolha de dados. Torna-se necessário concretizar diversos procedimentos, recorrendo a técnicas específicas para efetuar o tratamento e análise dos dados obtidos.

2.7 Critérios de análise de dados

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada.

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 205), “A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático (dos materiais) acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou”.

Assim, após terem sido recolhidos todos os dados há que tratá-los e codificá-los. Segundo os mesmos autores (1994, p. 221), “As categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos que recolheu, (...) [para que] o material contido num determinado tópico possa ser fisicamente apartado dos outros lados”.

Para Afonso (2005, pp. 112-113), a avaliação da qualidade dos dados centra-se em três critérios: fidedignidade, validade e representatividade. “O primeiro critério refere-se à garantia de que os dados se referem a informação efetivamente recolhida e não foram fabricados”, o segundo refere-se à sua pertinência em relação ao questionamento da realidade empírica resultante do *design* do estudo” e o terceiro e último critério “consiste na garantia de que os sujeitos envolvidos e os contextos selecionados representam o conjunto dos sujeitos e dos contextos a que a pesquisa se refere”.

Em síntese, a informação ainda que tenha muito valor, se estiver dispersa não tem qualquer significado, nem para quem realiza o estudo, nem para quem a consulta, como explica Bell (1997, p.160), a informação tem de estar organizada por categorias.

Desta forma, todos os dados foram codificados e organizados em quadros e gráficos, que nos permitiram fazer uma leitura breve, rápida e esclarecedora desses mesmos dados. Como podemos observar no quadro 1, a designação dos códigos que foram adjudicados aos dados recolhidos e tratados.

Quadro 1 – Designação dos códigos atribuídos aos dados recolhidos e tratados

Códigos	Designação
IA1 até IA19	Inquérito Aluno 1
IE1 até IE19	Inquérito Encarregado 1
D1	Documento (Regulamento Interno)
D2	Documento (Projeto Educativo)

Seguidamente no quadro 2, apresentamos a categoria de significação que surgiu dos conceitos aclarados na Revisão da Literatura, que por sua vez se dividiram em subcategorias.

Quadro 2 – Categorias e subcategorias de significação

Categoria	Subcategoria
1. Adaptação do aluno ao ambiente da Sala de Estudo	1.1 Comportamentos e atitudes em relação à Sala de Estudo 1.2 Fatores que contribuíram para uma boa adaptação
2. Contribuição da Sala de Estudo no aproveitamento escolar	2.1 Melhoria nas aprendizagens e nas avaliações 2.2 Combate ao Insucesso escolar
3. As normas da Sala de Estudo	3.1 Reconhecimento dos objetivos 3.2 Qualificação dos funcionários
4. Contribuição da Sala de Estudo no processo e socialização do aluno	4.1 Integração na escola

Um outro procedimento fundamental na análise realizada constou de triangulação dos dados que surge na investigação qualitativa como meio de cruzar os resultados obtidos através de cada um dos instrumentos de recolha (inquérito aos alunos, inquérito aos Encarregados de Educação e análise documental), tendo sempre em atenção a validade interna dos resultados e das conclusões do estudo de investigação.

Segundo Afonso (2005) é através da triangulação que se

pretende atingir dois objetivos complementares. Por um lado, trata-se de clarificar o significado da informação recolhida, reforçando ou pondo em causa a interpretação já construída. Por outro lado, pretende-se identificar significados complementares ou alternativos que deem melhor conta da complexidade dos contextos em estudo. (p.73)

Desta forma, iremos proceder à análise e interpretação dos dados.

CAPÍTULO III
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

3. Apresentação de dados recolhidos

Neste capítulo vamos analisar os resultados dos inquéritos por questionário realizados aos alunos e aos Encarregados de Educação, de onde foram retiradas informações bastante relevantes e importantes para o tema em estudo.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 221), “À medida que se vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem e acontecimentos”.

Assim, os dados recolhidos nas dezassete questões fechadas (inquérito aos alunos) foram tratados com todo o rigor científico, através da aplicação do programa Microsoft Excel 2010 e serão apresentados seguidamente em gráficos.

Quanto aos dados recolhidos nas oito questões de resposta aberta (inquérito aos Encarregados de Educação), foram tratados recorrendo à análise de conteúdo que serão apresentados e analisados de acordo com categorização apresentada anteriormente.

Passamos então à apresentação dos resultados obtidos.

3.1 Conceções dos alunos sobre as Salas de Estudo

Questão 1: Qual a sua idade?

Como podemos observar no gráfico 1, 33% dos alunos têm 7 anos (6 alunos) e 10 anos (6 alunos), de seguida com 11% temos 2 alunos com 8 anos e 2 alunos com 12 anos e apenas 6% dos alunos têm 9 anos (1 aluno) e 11 anos (1 aluno).

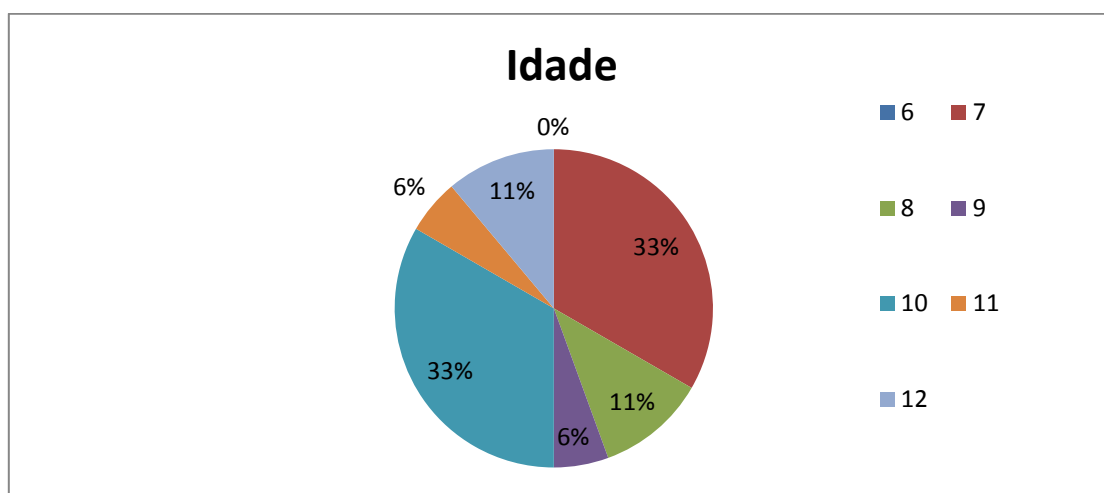


Gráfico 1 – Idade dos alunos

Questão 2: Qual o seu sexo?

Em relação ao género dos inquiridos podemos constatar, observando o gráfico 2, que 61% dos inquiridos são do género masculino (11 alunos) e 39% do género feminino (7 alunos).

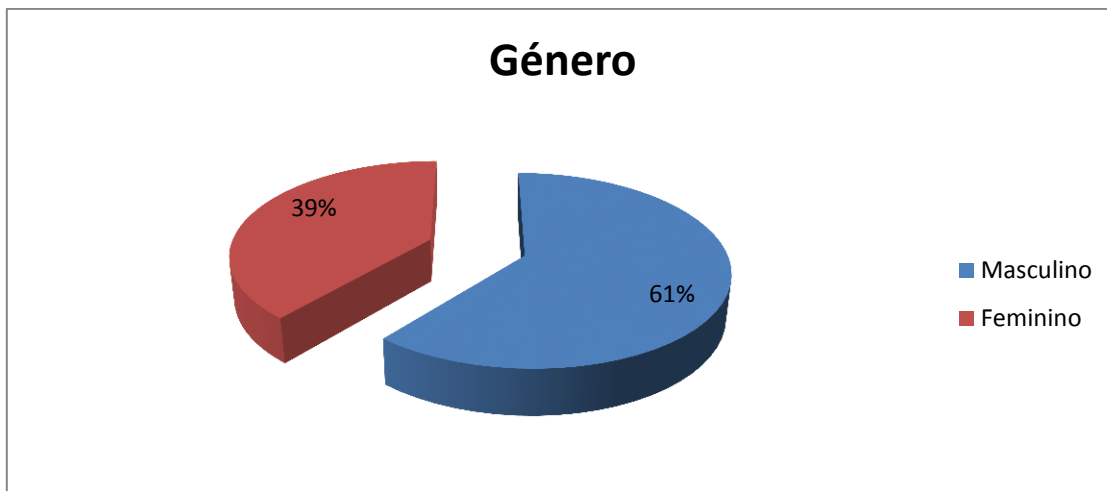


Gráfico 2 – Género dos alunos

Questão 3: Em que ano escolar se encontra?

Com base nos dados adquiridos no gráfico 3, constata-se que 28% dos inquiridos frequentam o 2º ano (5 alunos), 22% frequentam o 5º ano (4 alunos), 17% frequentam o 4º ano (3 alunos) e 6º ano (3 alunos) e 11% frequentam o 3º ano (2 alunos). Apenas um inquirido (5%) frequenta o 1º ano.

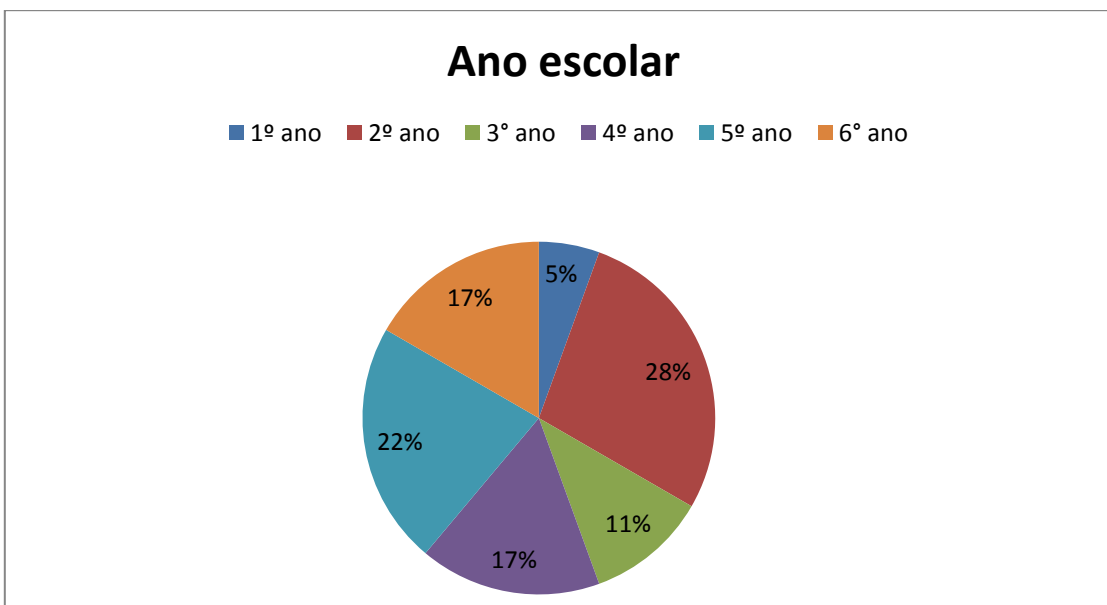


Gráfico 3 – Ano escolar dos alunos

Questão 4: Quais os motivos que o(a) levaram a frequentar a Sala de Estudo?

Quanto aos motivos que levaram os alunos a frequentarem a Sala de Estudo, podemos verificar no gráfico 4, que 50% dos alunos frequentam a Sala de Estudo com o objetivo de fazer os trabalhos de casa (9 alunos), seguidamente 36% dos alunos escolhem a Sala de Estudo como forma de melhorar o rendimento escolar (6 alunos), 11% procuram a Sala de Estudo para ocupar os tempos livres (2 alunos) e por último, 6% procuram para preparação para as fichas/testes (1 aluno).

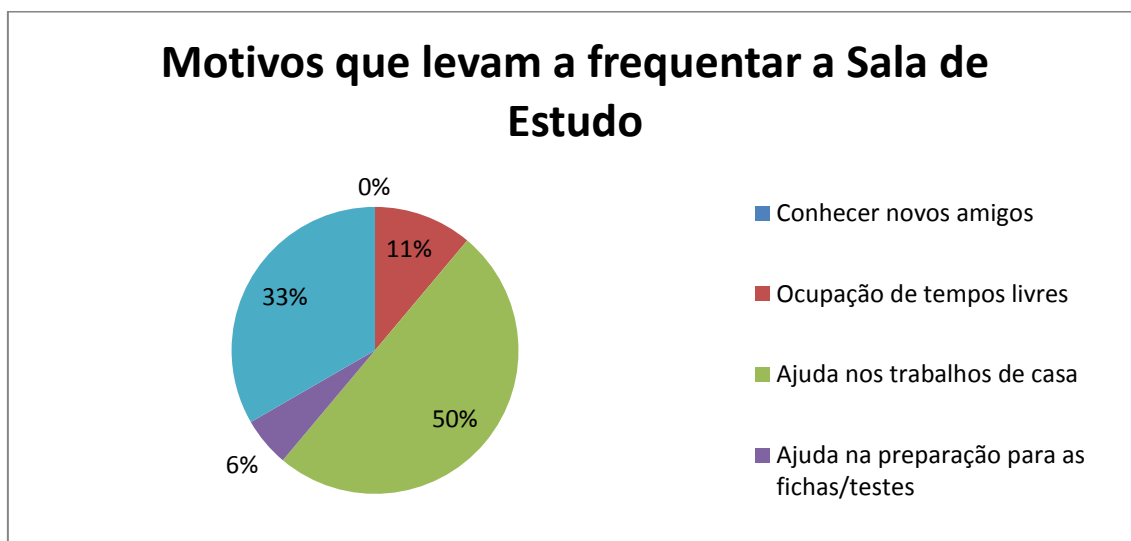


Gráfico 4 - Motivos que levaram os alunos a frequentar a Sala de Estudo

Questão 5: Com que frequência vai à Sala de Estudo?

Como podemos verificar no gráfico 5, a maioria dos inquiridos (56%) frequenta a Sala de Estudo cinco vezes por semana (10 alunos) e 17% frequenta apenas 1 vez por semana (3 alunos). Também verificamos que 22% dos inquiridos frequentam 2 vezes por semana (2 alunos) e quatro vezes por semana (2 alunos), apenas 1 aluno frequenta três vezes por semana.

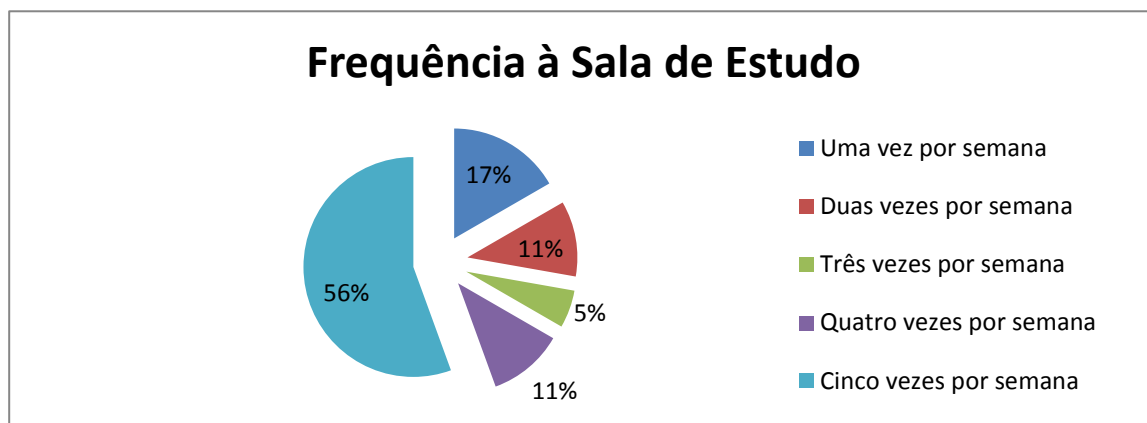


Gráfico 5 - Frequência dos alunos à Sala de Estudo

Questão 6: Qual era o seu método de estudo antes de frequentar a Sala de Estudo?

Como base nos dados apresentados no gráfico 6, constata-se que 44% dos inquiridos faziam apenas os trabalhos de casa (8 alunos), 28% estudavam todos os dias (5 alunos) e 11% dos inquiridos estudavam antes das fichas/dos testes (2 alunos) e 11% não estudavam (2 alunos). Verificou-se que 1 inquirido não respondeu à questão.

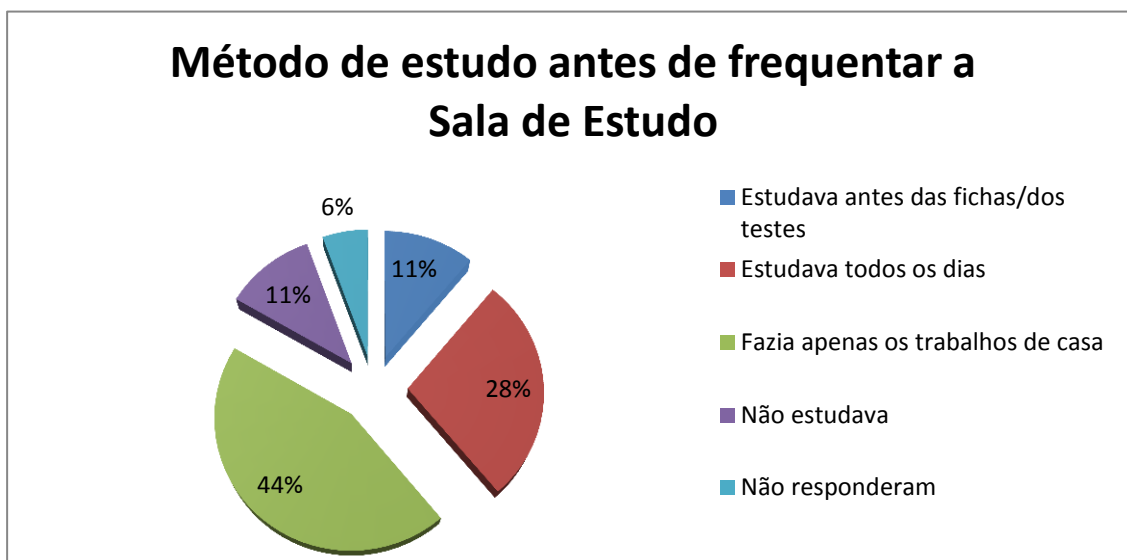


Gráfico 6 - Método de estudo antes de frequentar a Sala de Estudo

Questão 7: Faz todos os trabalhos de casa na Sala de Estudo?

Como podemos verificar no gráfico 7, maioria dos inquiridos (89%) faz os trabalhos de casa na Sala de Estudo (16 alunos) e apenas 11% não fazem os trabalhos e casa na Sala de Estudo (2 alunos).



Gráfico 7 - Trabalhos de casa na Sala de Estudo

Questão 8: Qual a importância que atribui à Sala de Estudo no seu aproveitamento escolar?

Relativamente a esta questão podemos verificar no gráfico 8 que a grande maioria dos inquiridos (72%) dão muita importância à Sala de Estudo (13 alunos), 22% dão alguma importância (4 alunos) e apenas 6% dão pouca importância (1 aluno).

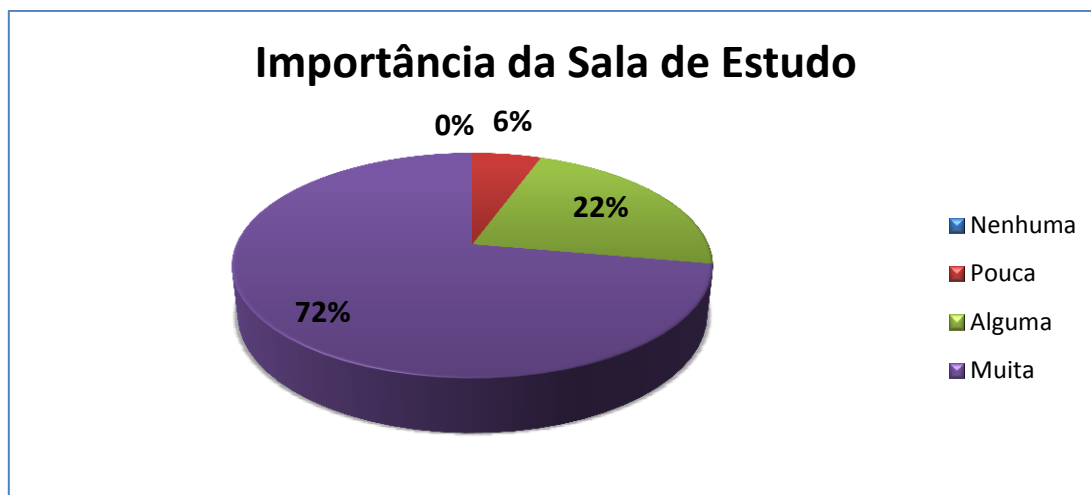


Gráfico 8 - Importância da Sala de Estudo

Questão 9: Qual o seu método de estudo depois de frequentar a Sala de Estudo?

No gráfico 9 podemos observar que a maioria dos inquiridos (72%) fazem os trabalhos de casa e estudam na Sala de Estudo (13 alunos), também verificamos que 17% fazem os trabalhos de casa na Sala de Estudo e estudam em casa (3 alunos) e 11% fazem os trabalhos de casa em casa e estudam na Sala de Estudo (2 alunos).

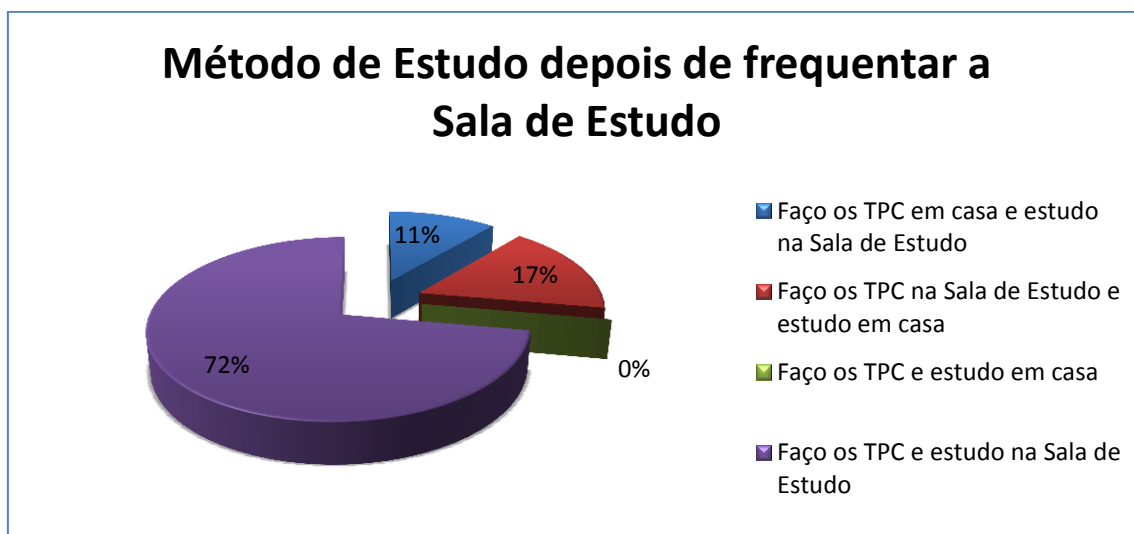


Gráfico 9 - Método de estudo depois de frequentar a Sala de Estudo

Questão 10: As suas notas melhoraram desde que frequenta a Sala de Estudo?

Ao analisarmos o gráfico 10, verificamos que 89% dos inquiridos melhoraram as notas desde que frequentam a Sala de Estudo, apenas 6% não melhorou (1 aluno) e 5% não respondeu (1 aluno).

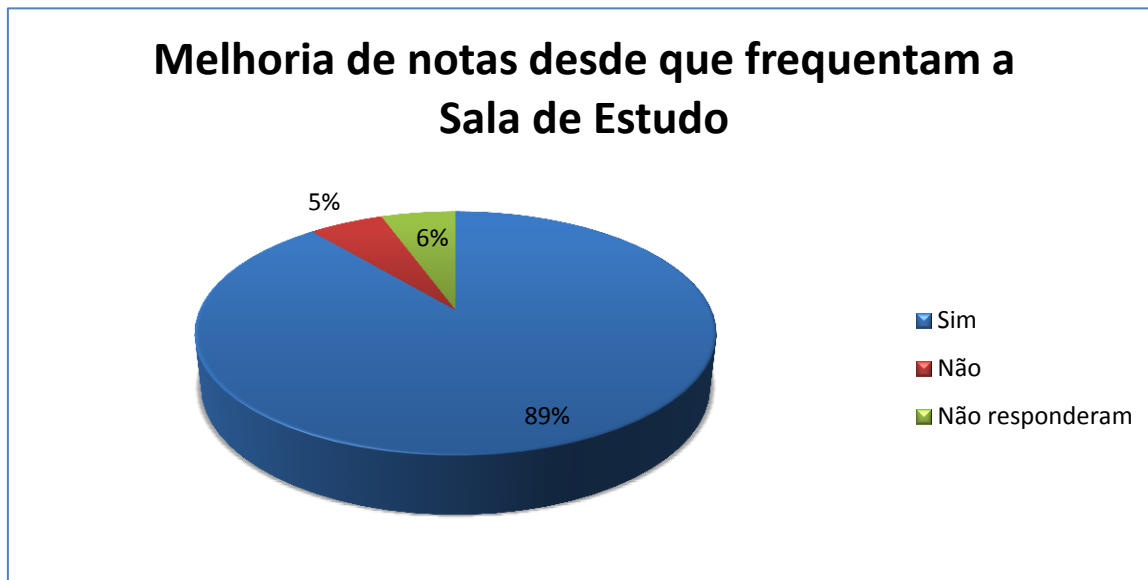


Gráfico 10 - Melhoria de notas desde que frequentam a Sala de Estudo

Questão 11: A avaliação realizada semestralmente na Sala de Estudo é importante no seu rendimento escolar?

O gráfico 11 é representativo quanto a esta questão. A maioria dos inquiridos (94%) afirma que a avaliação realizada semestralmente é importante no seu rendimento escolar. Apenas 6% (1 aluno) respondeu que não.



Gráfico 11 - A Importância da avaliação na Sala de Estudo

Questão 12: A Sala de Estudo contribuiu para a sua transição de ano?

Quanto a esta questão, podemos observar no gráfico 12 que 89% dos inquiridos (16 alunos) confirmam que a Sala de Estudo contribuiu para a sua transição e 6% (1 aluno) respondeu que a Sala de Estudo não contribuiu para a transição de ano. Apenas 5% dos inquiridos (1 aluno) não respondeu a esta questão.

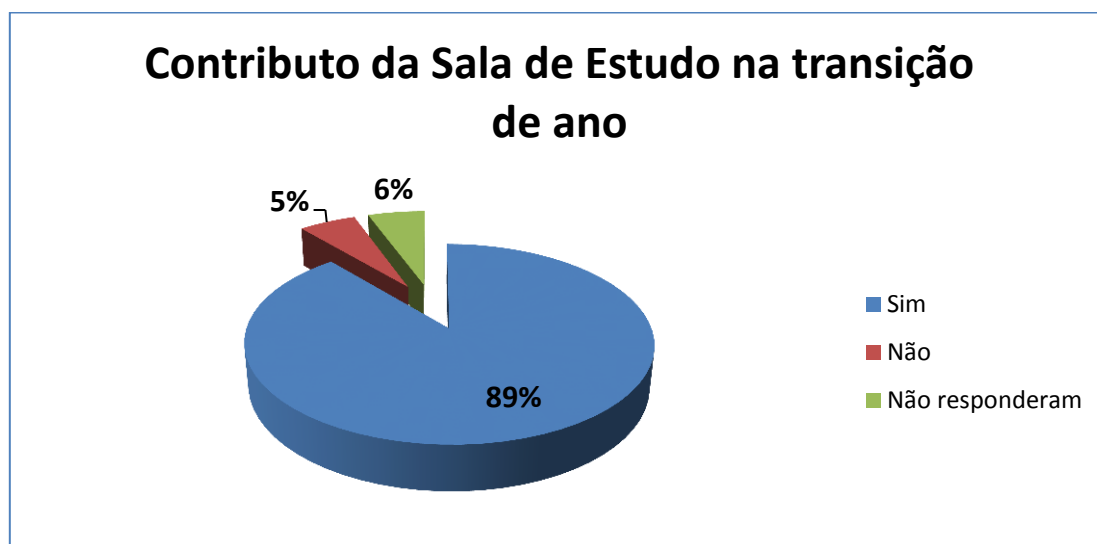


Gráfico 12 - Contributo da Sala de Estudo na transição de ano

Questão 13: Se não estivesse na Sala de Estudo, como ocupava o tempo após as aulas?

Segundo o gráfico 13, podemos observar que, se não frequentassem a Sala de Estudo metade dos inquiridos (50%) não tinham qualquer outra ocupação, ficavam em casa (9 alunos), 22% brincavam sozinhos (4 alunos), 17% brincavam com os colegas (3 alunos) e 11% jogavam computador (2 alunos).

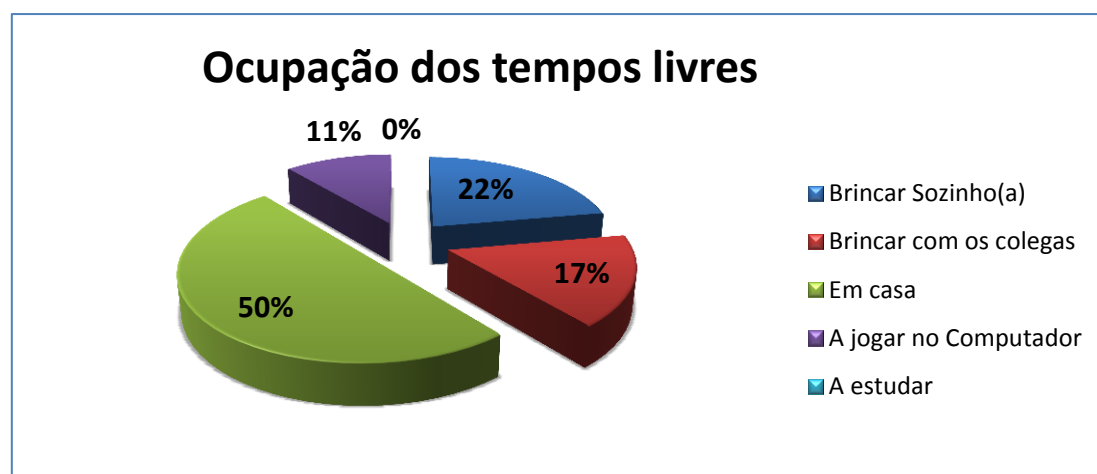


Gráfico 13 - Ocupação de Tempos Livres sem Sala de Estudo.

Questão 14: Depois de frequentar a Sala de Estudo sente-se mais integrado na sua Escola?

Quanto a esta questão, segundo o gráfico 14, podemos constatar que 47% dos inquiridos (9 alunos) sentem-se mais integrados na escola, 42% (8 alunos) não notam alterações e apenas 11% (2 alunos) responderam que não se sentem mais integrados desde que frequentam a Sala de Estudo.



Gráfico 14 - Integração na Escola em parceria com a Sala de Estudo

Questão 15: Com a ajuda da Sala de Estudo, começou a gostar mais de frequentar a Escola?

Como podemos observar no gráfico 16, 45% dos inquiridos (8 alunos) confirmam que começaram a gostar mais de frequentar a escola, 44% (8 alunos) responderam que não notam alterações e apenas 11% (2 alunos) responderam que mesmo com a ajuda da Sala de Estudo não gostam de frequentar a Escola.

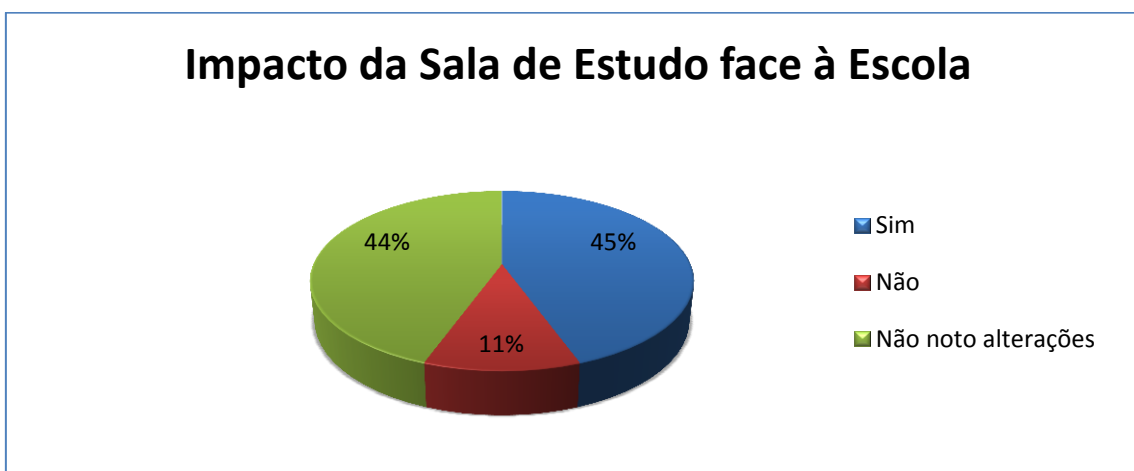


Gráfico 15 - Impacto da Sala de Estudo face à Escola

Questão 16: Encontra-se satisfeito com os serviços prestados na Sala de Estudo?

Podemos observar no gráfico 15, que 100% dos inquiridos (18 alunos) sentem-se satisfeitos com os serviços prestados na Sala de Estudo.



Gráfico 16 - Satisfação dos alunos pelo trabalho realizado na Sala de Estudo

Questão 17: A Sala de Estudo contribui para melhorar as aprendizagens?

Podemos observar no gráfico 17, que 100% dos inquiridos (18 alunos) afirmam que a Sala de Estudo contribui para a melhoria das aprendizagens.

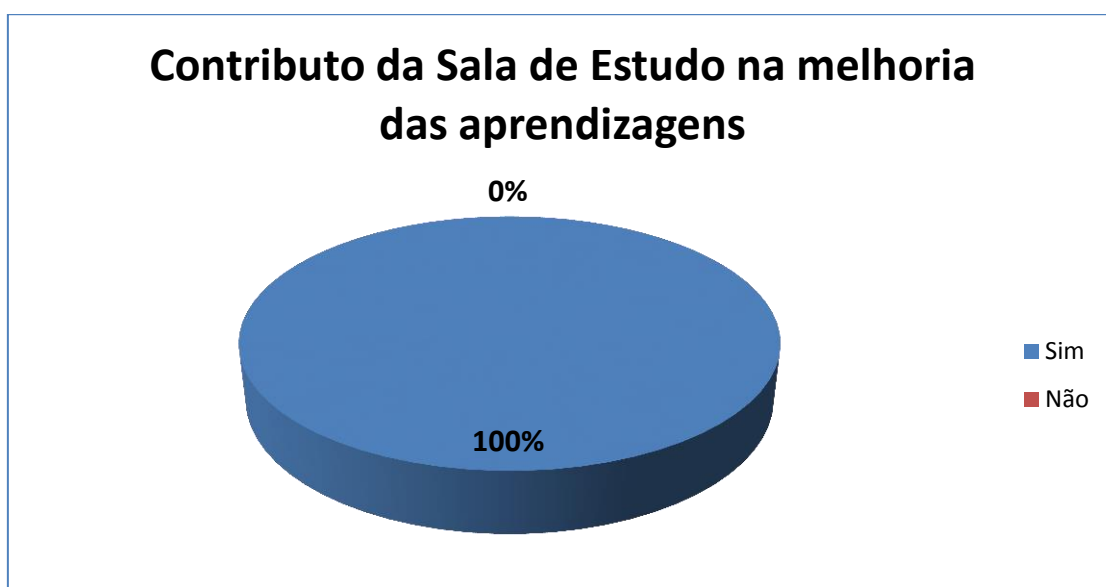


Gráfico 17 - Contributo da Sala de Estudo na Melhoria das Aprendizagens

3.1.1 Síntese reflexiva das questões fechadas aos alunos

Relativamente aos motivos que levam os alunos a frequentarem a Sala de Estudo, 50% dos alunos afirmam que frequentam a Sala de Estudo com o objetivo de fazer os trabalhos de casa e 36% afirmam que frequentam a Sala de Estudo como forma de melhorar o rendimento escolar, o que vai ao encontro de Pinto (2005, p. 3) quando refere que a Educação Não-Formal se tornou uma noção sumária daquilo que se chamava de “educação fora da escola”. O autor reforça ainda a ideia dizendo que “a Educação Não-Formal é vista como complementar, e não como contraditória ou alternativa ao sistema de Educação Formal e deve, pois, ser desenvolvida em articulação permanente com a Educação Formal”.

Através do inquérito, constatou-se (gráfico 6) que o método de estudo dos alunos, antes de frequentar a Sala de Estudo, era apenas fazerem os trabalhos de casa (44%), ou seja não tinham hábitos de estudo, como se pode verificar através da questão (9) “Se não estivesse na Sala de Estudo, como ocupava o tempo após as aulas?” Segundo os dados (gráfico 9), metade dos inquiridos (50%) ficavam em casa antes de frequentar a Sala de Estudo, 22% brincavam sozinhos, 17% brincavam com os colegas e 11% jogavam computador. Por estes motivos parece-nos importante que os espaços associados à Educação Não Formal sejam mais utilizados como extensões para práticas de Educação Formal.

Segundo Araújo (2006, p. 27) estes espaços “permitem melhorar e corresponder ao papel de aluno/ a e que se materializam em condições de espaço e tempo com profissionais preparados para o efeito”.

A maioria dos alunos inquiridos, (56%), frequenta a Sala de Estudo cinco vezes por semana e 89% faz os trabalhos de casa na Sala de Estudo, sobre este assunto Cañellas (2005, p. 13) refere que,

La educación no formal se estructura de forma paralela a la educación formal, ya que ambas están institucionalizadas, son racionales, están planificadas, poseen objetivos, utilizan técnicas y materiales que también son propios de las escuelas; además, son evaluables, el profesorado, docente u orientador, actúa de forma parecida... Con ello no negaré algunas diferencias – fundamentalmente en el plano de las metodologías, horarios, instituciones, etc. Pero de lo que no hay duda es que, en gran parte, la educación no formal está, pedagógicamente, tan formalizada como la educación formal.

Relativamente à importância que os alunos atribuem à Sala de Estudo no seu aproveitamento escolar verificamos que a grande maioria dos inquiridos, (72%), dão muita importância à Sala de Estudo. Portanto conclui-se que a Sala de Estudo (Educação Não Formal) surge de forma a satisfazer as necessidades de respostas extraescolares. Segundo Pinto e Pereira (2008, p. 10), “a ENF tem vindo a revelar-se um âmbito educativo mais capaz de proporcionar oportunidades de aprendizagem para aqueles que, por motivos vários, não se integram em nenhum dos sistemas e subsistemas de ensino.

No que diz respeito à melhoria de notas desde que frequentam a Sala de Estudo, verificamos que 89% dos inquiridos melhoraram as notas e 94% afirmam que a avaliação realizada semestralmente na Sala de Estudo é importante no seu rendimento escolar. Por isso, Marujo, Neto e Perloiro (2005, p. 155) aconselham os Encarregados de Educação: “se as causas de um possível insucesso escolar parecerem ser sobretudo académicas e relacionadas especificamente com aspetos escolares, deve colocar a hipótese de procurar um explicador”.

Quanto à questão (14) “A Sala de Estudo contribuiu para a sua transição de ano?”, podemos constatar que 89% dos inquiridos confirmam que a Sala de Estudo contribuiu para a sua transição. Promover o sucesso educativo das crianças e jovens é uma tarefa prioritária. A motivação é considerada como um fator determinante no contexto escolar, e igualmente determinante para o sucesso da aprendizagem.

Depois de frequentarem a Sala de Estudo, 47% dos inquiridos sentem-se mais integrados na escola e 45% começou a gostar mais de frequentar a Escola. Gohn (2006, p. 32) refere que o “Ambiente não formal e mensagens veiculadas “falam ou fazem chamamentos” às pessoas e aos coletivos, e as motivam”.

Todos os alunos inquiridos (100%) encontram-se satisfeitos com os serviços prestados na Sala de Estudo, assim como todos afirmam que a Sala de Estudo contribui para a melhoria das suas aprendizagens.

O termo estratégia de ensino/aprendizagem reporta-se assim a um conjunto de ações do professor ou do aluno orientadas para favorecer o desenvolvimento de determinadas competências de aprendizagem que se têm em vista.

Pelo exposto, “trata-se de um percurso que tem de ser flexível e maleável, ao qual o professor terá também de se adaptar, mudando as suas estratégias consoante os companheiro que o acompanhem nessa caminhada”. (Felizardo, 1994, p. 12).

3.2 Opinião dos Encarregados de Educação sobre a importância das Salas de Estudo

Em relação à opinião dos Encarregados de Educação, os gráficos 18, 19 e 20 não serviram para a categorização dos dados recolhidos, mas apenas para fazermos um breve enquadramento do contexto empírico.

Por questões metodológicas, as Unidades de Registo apresentadas nos quadros 3,4,5,6,7 e 8 foram corrigidas em termos de ortografia e sintaxe.

Questão 1: É a primeira vez que o seu educando frequenta uma Sala de Estudo?

Através dos inquéritos recolhidos cujo resultado, resposta 1, se encontra plasmada no gráfico 18, constatou-se que 67% dos alunos (12 alunos) já frequentaram Salas de Estudo, apenas 33% dos alunos frequentam uma Sala de Estudo pela primeira vez (6 alunos).

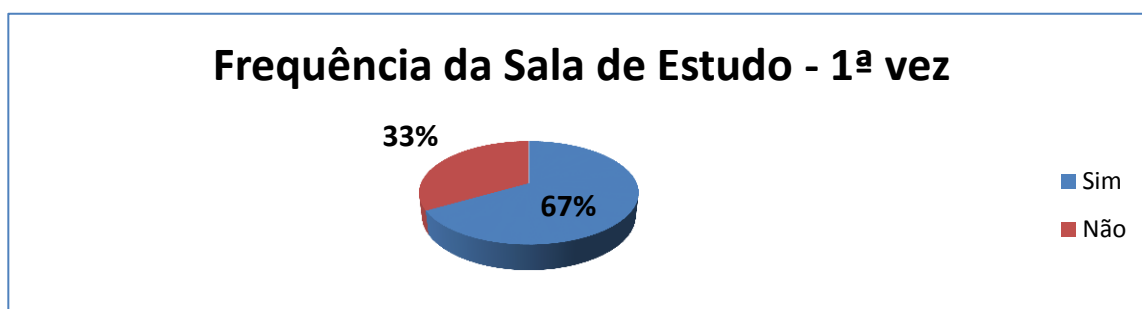


Gráfico 18 - Frequência da Sala de Estudo – 1ª vez

O gráfico 19 corresponde à justificação dada pelos Encarregados de Educação, (que responderam sim) em relação à pessoa/Instituição com quem ficou o educando antes da entrada na Sala de Estudo. Como se pode verificar, um aluno estava em casa com a mãe, outro aluno frequentava as atividades extra curriculares da escola formal, dois alunos frequentavam um colégio privado e outros dois alunos frequentavam um ATL.

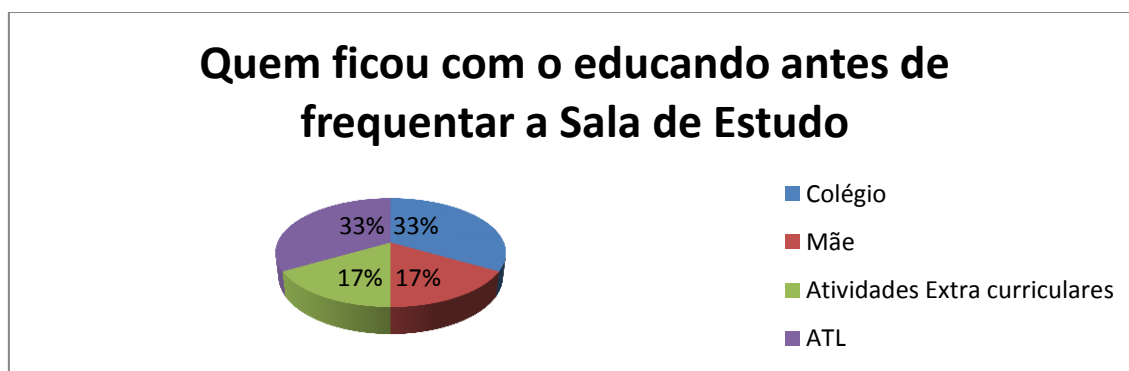


Gráfico 19 – Quem ficou com o educando antes de frequentar na Sala de Estudo

Questão 2: Qual a idade do seu educando quando entrou na Sala de Estudo pela primeira vez?

Relativamente a esta questão, podemos observar no gráfico 20 que 50% dos alunos (9 alunos) entrou com 6 anos, 22% entrou com 10 anos (4 alunos), 17% entrou com 7 anos (3 alunos) e 11% entrou com 9 anos (2 alunos).

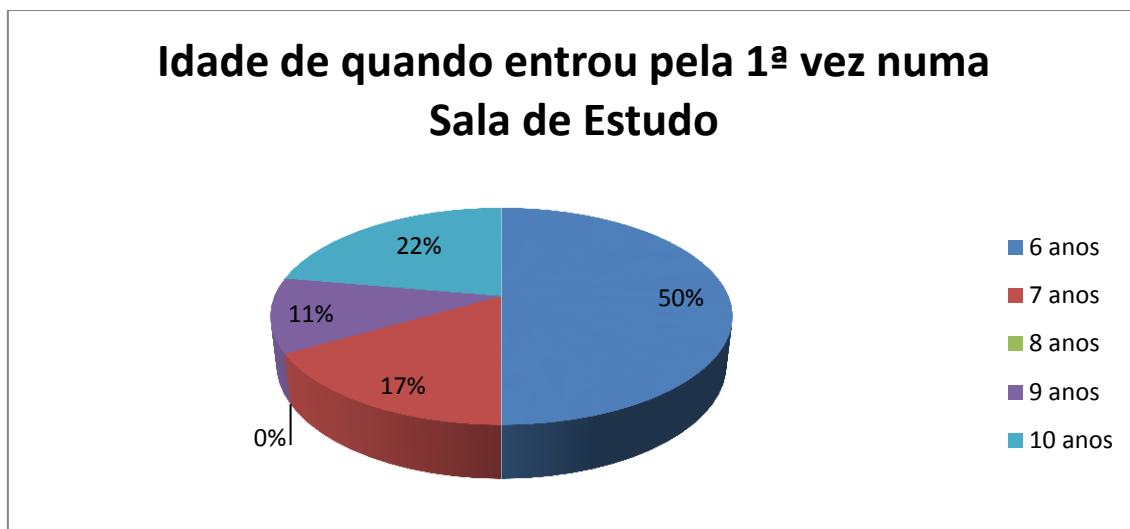


Gráfico 20 – Idade dos alunos quando entraram na Sala de Estudo pela primeira vez

3.2.1 Categoria “Adaptação do aluno ao ambiente da Sala de Estudo”

O quadro 3 apresenta a categoria “Adaptação do aluno ao ambiente da Sala de Estudo” que engloba duas subcategorias: (i) comportamentos e atitudes em relação à Sala de Estudo e (ii) fatores que contribuíram para uma boa adaptação, com as respetivas Unidades de Registo e Unidades de Contexto.

No quadro 3 são apresentadas as respostas abertas à questão nº 3.

Quadro 3 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 3 do inquérito por questionário.

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de contexto
1. Adaptação do aluno ao ambiente da Sala de Estudo	1.1 Comportamentos e atitudes em relação à Sala de Estudo	“Atualmente vê-se que o meu educando aproveita mais a Sala de Estudo”.	IE1
		“Apesar de ser um pouco preguiçosa e pensar que o que faz na escola já é suficiente”.	IE2

		“A minha filha é bastante meiga e doce e adapta-se muito bem a qualquer situação”.	IE3
		“Interage com as outras crianças; participa nas atividades e fala com prazer da Sala”.	IE5
		“É uma criança que se adapta com muita facilidade”.	IE6
		“Adaptou-se bem aos colegas e às funcionárias”.	IE7
		“A minha educanda mostra desejo de continuar na Sala de Estudo, o que me leva a pensar que se adaptou bem”.	IE8
		“Não tem tido problemas na Sala de Estudo e tem tido bastantes melhoras a nível de relação”.	IE9
	1.2 Fatores que contribuíram para uma boa adaptação	“Gostou da professora e dos colegas”.	IE4
		“No início não aceitou bem porque sabia que existia outro local onde não tinha que estudar, mas as professoras da Sala de Estudo foram essenciais para a educação e adaptação”.	IE10
		“Gosta das professoras e de todos os colegas”.	IE13
		“O meu filho adaptou-se bem porque já conhecia a professora e alguns colegas que andam com ela na escola. O ambiente é familiar”.	IE15
		“Adaptou-se bem às professoras e ao ambiente da sala”.	IE16
		“Sim pelo facto de conhecer as professoras e alguns dos colegas”.	IE18

Ao analisarmos as respostas obtidas na questão (3) “Considera que o seu educando se adaptou bem ao ambiente da Sala de Estudo?” e através do quadro 3, constatamos que a maioria dos inquiridos considera que o seu educando se adaptou bem ao ambiente da Sala de Estudo: “A minha filha é bastante meiga e doce e adapta-se muito bem a qualquer situação” (IE3); “Interage com as outras crianças, participa e fala com prazer da sala” (IE5); “Não tem tido problemas na Sala de Estudo e tem tido

bastantes melhoras a nível de relação” (IE9); “No início não aceitou muito bem porque sabia que existia outro local onde não tinha que estudar, mas as professoras da Sala de Estudo foram essenciais para a educação e adaptação” (IE10); “Adaptou-se rapidamente às regras e realizou vários jogos de socialização” (IE14); “Sim, pelo facto de conhecer as professoras e alguns colegas” (IE18).

3.2.2 Categoria “Contribuição da Sala de Estudo para o aproveitamento escolar”

Os quadros 4 e 5 apresentam a categoria “Contribuição da Sala de Estudo para o aproveitamento escolar” que engloba duas subcategorias: (i) melhoria nas aprendizagens e nas avaliações e (ii) combate ao insucesso escolar., com as respetivas Unidades de Registo e Unidades de Contexto.

No quadro 4 são apresentadas as respostas abertas à questão nº 4 e no quadro 5 são apresentadas as respostas abertas à questão nº 6.

Quadro 4 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 4 do inquérito por questionário.

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de contexto
2. Contribuição da Sala de Estudo para o aproveitamento escolar	2.1 Melhoria nas aprendizagens e nas avaliações	“Faz e emprega termos que lhe ensinam na escola”.	IE1
		“Sim, porque é um auxílio que ela tem para expor as dúvidas”.	IE2
		“Apesar de ser uma aluna mediana, a Sala de Estudo contribui para manter as notas”.	IE3
		“Ele é uma criança muito distraída, precisa de ajuda e de quem chame a atenção”.	IE4
		“É um apoio extra que contribui para o aproveitamento. A professora esclarece dúvidas e realiza outras atividades”.	IE5
		“O meu filho estudar sozinho ou com os pais é muito complicado e a Sala de Estudo ajuda imenso nesse sentido”.	IE6

		“Principalmente este ano que tem tido ótimas notas”.	IE7
		“A Sala de Estudo veio ajudar a solidificar a matéria dada diariamente na escola levando a um melhor aproveitamento escolar”.	IE8
		“Sim, porque melhorou as notas e tem hábitos de estudo”.	IE9
		“Facilita a execução dos trabalhos de casa e alguns aspetos que necessitam ser corrigidos ou melhorados na aprendizagem escolar”.	IE10
		“Trabalha algumas dúvidas desenvolvidas em sala de aula”.	IE11
		“É na Sala de Estudo que faz todos os trabalhos de casa e estuda para os testes”.	IE12
		“No 1º período não teve negativas”.	IE13
		“Na Sala de Estudo realiza várias fichas de preparação para os testes”.	IE14
		“As notas melhoraram, assim como a concentração”.	IE15
		“O meu neto tornou-se um aluno mais concentrado, o que revelou um melhor aproveitamento”.	IE17
		“Porque diariamente a minha filha não só faz os trabalhos de casa como é incentivada na aprendizagem”.	IE18

Quanto à questão (4) “A Sala de Estudo contribui no aproveitamento escolar?” podemos observar através do quadro 4, que os Encarregados de Educação consideram muito importante a melhoria das aprendizagens e das avaliações: “Ele é uma criança muito distraída, precisa de ajuda, de quem chame a atenção” (IE4); “É um apoio extra que contribui para o aproveitamento. A professora esclarece dúvidas e realiza outras atividades” (IE5); “A Sala de Estudo veio ajudar a solidificar a matéria dada diariamente na escola levando a um melhor aproveitamento escolar” (IE8); “Facilita a execução dos trabalhos de casa e alguns aspetos que necessitam ser corrigidos ou melhorados na aprendizagem escolar” (IE10); “As notas melhoraram, assim como a concentração” (IE15).

Quadro 5 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 6 do inquérito por questionário.

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de contexto
2. Contribuição da Sala de Estudo para o aproveitamento escolar	2.2 Combate ao insucesso escolar	“As notas da escola foram muito melhores desde que frequenta a Sala de Estudo atual”.	IE1
		“A minha educanda conseguiu pelo menos manter as notas a algumas disciplinas e melhorou a outras”.	IE3
		“Na Sala de Estudo tem mais acompanhamento”.	IE4
		“As notas melhoraram significativamente”.	IE6
		“Bastante, este ano”.	IE7
		“Analisando as notas anteriores verifiquei que as notas têm vindo a melhorar”.	IE8
		“Tem notas positivas”.	IE9
		“Melhorou a concentração, a disciplina, o gosto por aprender e a leitura”.	IE10
		“As notas dos testes melhoraram”.	IE12
		“Aproveitou sempre as horas de estudo para tirar dúvidas”.	IE14
		“O meu educando melhorou muito a matemática, foi para melhorar as notas a esta disciplina que ele entrou na Sala de Estudo”.	IE15
		“Principalmente na disciplina de matemática”.	IE16
		“Adquiriu uma nova capacidade de aprendizagem e ao complementar com a escola fez com que tivesse uma melhoria de notas”.	IE17
		“Porque sempre que tem dúvidas as professoras podem auxiliar e explicar de modo a que as dúvidas sejam esclarecidas”.	IE18

Relativamente à questão (6) “As notas do seu educando melhoraram desde que frequenta a Sala de Estudo?”, podemos observar no quadro 5 que a maioria dos inquiridos afirma que sim: “As notas da escola foram muito melhores desde que frequenta a Sala de Estudo atual” (IE1); “Analisando as notas anteriores verifiquei que as notas têm vindo a melhorar” (IE8); “Melhorou a concentração, a disciplina, o gosto por aprender e a leitura” (IE10); “Aproveitou sempre as horas de estudo para tirar dúvidas” (IE14); “Adquiriu uma nova capacidade de aprendizagem e ao complementar com a escola fez com que tivesse uma melhoria de notas” (IE17).

3.2.3 Categoria “As normas da Sala de Estudo”

Os quadros 6 e 7 apresentam a categoria “As normas da Sala de Estudo” que engloba duas subcategorias: (i) reconhecimento dos objetivos e (ii) qualificação dos funcionários, com as respetivas Unidades de Registo e Unidades de Contexto.

No quadro 6 são apresentadas as respostas abertas à questão nº 5 e no quadro 7 são apresentadas as respostas abertas à questão nº 7.

Quadro 6 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 5 do inquérito por questionário.

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de contexto
3. As normas da Sala de Estudo	3.1 Reconhecimento dos objetivos	“Na Sala de Estudo tentam tirar-lhe e ajudá-lo nas dificuldades que tem tentado chegar ao objetivo do que lhe propõem”.	IE1
		“No momento que fui conhecer a Sala de Estudo foram apresentados os objetivos, as funcionárias e o modo de funcionamento”.	IE3
		“Porque converso com as professoras”.	IE4
		“Foi apresentado no início do ano os objetivos para o ano letivo”.	IE5
		“Tive conhecimento dos objetivos quando inscrevi o meu filho”.	IE6
		“Foi uma das minhas primeiras preocupações, pois tentei perceber se ia de encontro com as necessidades da minha educanda”.	IE8

		“Apresentaram-me no início do ano letivo, através do regulamento interno”.	IE9
		“Existem reuniões com as professoras e direção e existe uma total disponibilidade dos colaboradores da Sala de Estudo”.	IE10
		“Conseguir fazer os TPC e perceber a matéria que está a dar na escola”.	IE12
		“Quando realizei a matrícula solicitei o regulamento”.	IE13
		“Fui informada desde o início da forma de funcionamento da Sala de Estudo”.	IE14
		“Foram apresentados quando inscrevi o meu educando”.	IE15
		“Tenho me preocupado em falar com a professora sobre a evolução do meu filho e sei que quando não tem TPC, a professora entrega sempre uma ficha para poderem fazer exercícios”.	IE16
		“Os objetivos da Sala de Estudo vão e são revelados ao longo das etapas de estudo do meu neto”.	IE17
		“Na altura da inscrição foi-me apresentado o regulamento interno”.	IE18

Ao analisarmos as respostas obtidas na questão (5) “Tem conhecimento dos objetivos da Sala de Estudo que o seu educando frequenta?” podemos observar no quadro 6 que os inquiridos têm consciência dos objetivos ou pelo menos de alguns aquando inscreveram os seus educandos, através do regulamento interno: “No momento que fui conhecer a Sala de Estudo foram apresentados os objetivos, as funcionárias e o modo de funcionamento” (IE3); “Foi apresentado no início do ano os objetivos para o ano letivo” (IE5); “Existem reuniões com as professoras e direção e existe uma total disponibilidade dos colaboradores da Sala de Estudo” (IE10); “Foram apresentados quando inscrevi o meu educando” (IE15); “Na altura da inscrição foi-me apresentado o regulamento interno” (IE18).

Quadro 7 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 7 do inquérito por questionário

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de contexto
3. As normas da Sala de Estudo	3.2 Qualificação dos funcionários	“A funcionária principal é professora”.	IE1
		“Penso que têm formação superior, podendo assim ajudar convenientemente nas matérias”.	IE2
		“Tal como respondi na questão 5, no momento em que conheci a Sala de Estudo esta situação foi esclarecida”.	IE3
		“Se não, não melhorava na escola”.	IE4
		“São professoras qualificadas”.	IE5
		“São licenciadas em educação”.	IE6
		“Foi uma das minhas questões, pois temos que saber até que ponto as funcionárias da Sala de Estudo estão vocacionadas para o efeito. Uma mãe preocupa-se sempre em saber a quem deixa entregue a orientação do seu educando”.	IE8
		“São qualificadas na área da educação, são professoras”.	IE9
		“São pessoas muito profissionais, disponíveis e com muita aptidão para o perfil de cada aluno”.	IE10
		“Tem a escolaridade adequada às funções que desempenham”.	IE11
		“É sempre acompanhado por uma professora ou por uma técnica auxiliar”.	IE12
		“A professora é uma pessoa muito empenhada no trabalho que faz e muito competente”.	IE13
		“A Sala de Estudo é composta por duas professoras”.	IE14
		“São professoras”.	IE15

		“Há uma entrega em relação aos alunos para o seu desenvolvimento”.	IE16
		“Nunca coloquei essa situação em causa, uma vez que foi logo tudo explicado no momento da inscrição”.	IE17
		“Porque são licenciadas em educação”.	IE18

À questão (7) “Os funcionários da Sala de Estudo que o seu educando frequenta são qualificados na área da educação?” podemos verificar no quadro 7 que maioria dos inquiridos respondeu ser informado sobre a qualificação dos funcionários da Sala de Estudo: “A funcionária principal é professora” (IE1); “Foi uma das minhas questões, pois temos que saber até que ponto as funcionárias da Sala de Estudo estão vocacionadas para o efeito. Uma mãe preocupa-se sempre em saber a quem deixa entregue a orientação do seu educando” (IE8); “São pessoas muito profissionais, disponíveis e com muita para o perfil de cada aluno” (IE10); “A professora é uma pessoa muito empenhada no trabalho que faz e muito competente” (IE13); “Há uma entrega em relação aos alunos para o seu desenvolvimento” (IE16).

3.2.4 Categoria “Contribuição da Sala de Estudo no processo e socialização do aluno”

O quadro 8 apresenta a categoria “Contribuição da Sala de Estudo no processo e socialização do aluno” que engloba uma subcategoria: (i) integração na escola, com as respetivas Unidades de Registo e Unidades de Contexto.

No quadro 8 são apresentadas as respostas abertas à questão nº 8.

Quadro 8 – Categorização das respostas abertas à questão n.º 8 do inquérito por questionário.

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Unidade de contexto
4. Contribuição da Sala de Estudo no processo e socialização do aluno	4.1 Integração na escola	“Impõem respeito e ensinam, explicando as regras do quotidiano”.	IE1
		“Ajuda-os no método de estudo”.	IE2

		“Porque tem mantido as notas e porque tem revelado progressos na escola”.	IE3
		“É uma criança que gosta de frequentar a Sala de Estudo e tem aprendido um pouco mais”.	IE4
		“A professora responsável mostra-se interessada e conhece bem os alunos”.	IE5
		“Apoiam nos TPC, ajudam a ter hábitos de estudo, têm atividades lúdicas e estão sempre presentes”.	IE6
		“Bastante, tenho notado progressos pessoais e escolares na minha educanda”.	IE8
		“Além de apoiarem na realização dos trabalhos de casa, proporcionam atividades individuais e em grupo, o que melhora os diversos tipos de aprendizagem”.	IE9
		“Excelentes profissionais, disponíveis e companheiros”.	IE10
		“Sempre que os serviços são solicitados tenho resposta positiva”.	IE11
		“O trabalho realizado na Sala de Estudo é muito completo, o que permite apoiar o estudo e todo o trabalho escolar”.	IE12
		“O meu filho faz os TPC e estuda para os testes”.	IE13
		“As atividades da Sala de Estudo estão adaptadas ao ensino oficial”.	IE14
		“Apoiam o meu filho nas dúvidas de matemática e fazem atividades que promovem motivação e disciplina”.	IE15
		“Apesar do pouco tempo que o meu filho frequenta a Sala de Estudo, tem tido boas notas porque a professora também ajuda a clarificar as dúvidas muito bem”.	IE16

		“O meu educando demonstra ter aperfeiçoado algumas características que estavam pouco trabalhadas, tais como as respostas completas a língua portuguesa”.	IE17
		“Porque a minha filha tem tido resultados positivos”.	IE18

Ao analisarmos as respostas obtidas na questão (8) “Encontra-se satisfeito com os serviços prestados na Sala de Estudo?” e através do quadro 8, constatamos que a maioria dos inquiridos encontra-se satisfeita com os serviços prestados na Sala de Estudo: “Impõem respeito e ensinam, explicando as regras do quotidiano” (IE1); “Porque tem mantido as notas e porque tem revelado progressos na escola” (IE3); “Apoiam nos TPC, ajudam a ter hábitos de estudo, têm atividades lúdicas e estão sempre presentes” (IE6); “Além de apoiarem na realização dos trabalhos de casa, proporcionam atividades individuais e em grupo, o que melhora os diversos tipos de aprendizagem” (IE9); “O trabalho realizado na Sala de Estudo é muito completo, o que permite apoiar o estudo e todo o trabalho escolar” (IE12); “Apoiam o meu filho nas dúvidas de matemática e fazem atividades que promovem motivação e disciplina” (IE15).

3.2.5 Síntese reflexiva das questões abertas aos Encarregados de Educação

Pode-se, então, concluir, perante os resultados da questão (3) “**Considera que o seu educando se adaptou bem ao ambiente da Sala de Estudo?**”, que a maioria dos inquiridos considera que o seu educando se adaptou bem ao ambiente da Sala de Estudo. Segundo Esteban (2005) a educação permite um enriquecimento de conhecimentos e habilidades, mas também pessoal. Há uma melhor estruturação das relações entre os indivíduos. E é neste contexto que a aprendizagem dos alunos não se limita àquela que é proporcionada em ambientes formais, mas resulta igualmente de experiências em ambientes não formais, tal como refere o regulamento interno “Apostamos na melhoria efetiva da qualidade das aprendizagens, num espaço que valorize o saber ser e o saber estar, num ambiente de sã convivência e interação construtiva” (Anexo 5).

Mill (citado em Durkeim, 2007, p. 45) também defende que a educação pretende “fazer do indivíduo um instrumento de felicidade para ele mesmo e para os seus semelhantes”.

Quanto à questão (4) **“A Sala de Estudo contribui no aproveitamento escolar?”** podemos constatar que os Encarregados de Educação consideram muito importante a melhoria das aprendizagens e das avaliações, pois segundo o regulamento interno, a Sala de Estudo tem como objetivo “Desenvolver a autonomia dos alunos, contribuir para a eficácia dos alunos na organização das aprendizagens e na realização de trabalhos escolares, ajudando-os a estudar, a organizar os cadernos diários, a consultar livros e documentos diversos, a realizar trabalhos de casa;” (Anexo 5).

O investigador Pinto (2005, p. 4) defende que a Educação Não Formal pode ser vista como “um processo de aprendizagem social centrado no formando/educando, através de atividades que têm lugar fora do sistema formal e sendo complementar deste”.

Assim, podemos dizer que a motivação é considerada como um fator determinante no contexto escolar e igualmente determinante para o sucesso da aprendizagem.

Relativamente à questão (6) **“As notas do seu educando melhoraram desde que frequenta a Sala de Estudo?”** a maioria dos inquiridos responderam afirmativamente. A Educação Não Formal defende que a educação está para lá das portas escolares. A sua grande missão é complementar a Educação Formal, uma vez que esta não preenche todos os domínios da educação, nem atende às necessidades do mundo atual.

Segundo Araújo (2006), as Salas de Estudo de uma maneira geral têm-se constituído como modelos de intervenção que visam o desenvolvimento pessoal e social do aluno e procuram combater o “insucesso” na escola.

O acompanhamento escolar pressupõe oferecer às crianças os recursos considerados essenciais para o seu “sucesso escolar”.

Ao analisarmos as respostas obtidas na questão (5) **“Tem conhecimento dos objetivos da Sala de Estudo que o seu educando frequenta?”** verificamos que os inquiridos têm consciência dos objetivos, através do regulamento interno que é entregue e assinado por ambas as partes (Direção e Encarregados de Educação) no momento da inscrição.

Segundo Araújo (2006, p. 27), “Estes modelos de intervenção não se colocam como alternativos à escola, mas pelo contrário, reconhecem o seu papel central, passando ainda a constituir não só uma questão de política educativa mas também de

política social”. Segundo a mesma autora, as Salas de Estudo tentam melhorar e corresponder ao papel do aluno e que se materializam em condições de espaço e tempo com profissionais preparados para o efeito.

Na questão (7) **“Os funcionários da Sala de Estudo que o seu educando frequenta são qualificados na área da educação?”** constatamos que todos os inquiridos foram informados sobre a qualificação dos funcionários da Sala de Estudo quando fizeram a inscrição e uma das competências referidas no regulamento interno é “Recrutar e admitir funcionários, em número suficiente e com preparação adequada que garanta o bom atendimento que se pretende proporcionar às crianças e jovens;” (Anexo 5).

De acordo com Araújo (2006), estes espaços extraescolares, de uma maneira geral, têm-se constituído como modelos de intervenção que visam o desenvolvimento pessoal e social do aluno e procuram combater o “insucesso” na escola. Quando os pais/Encarregados de Educação procuram apoio para complementar a escola formal deve ter em atenção se os funcionários desses espaços são ou não qualificados na área da educação.

No âmbito de mudar para um ensino aprendizagem onde não haja insucesso escolar e seguindo as orientações legais, que as Salas de Estudo devem dinamizar e aperfeiçoar o funcionamento de um espaço que venha colmatar as necessidades e dificuldades dos alunos, apoiando-os sempre que necessitem com profissionais qualificados.

Ao analisarmos as respostas obtidas na questão (8) **“Encontra-se satisfeito com os serviços prestados na Sala de Estudo?”**, maioria dos inquiridos encontram-se satisfeitos com os serviços. Num ambiente de confiança, qualquer criança ou jovem é capaz de aprender e de desenvolver os seus recursos de forma a revelar-se e assim o professor pode ajudá-lo de forma plena e equilibrada.

O autor Felizardo (1995, p. 11) acredita que “cada aluno é um caso especial, rodeado de ambientes favoráveis e desfavoráveis e de potencialidades, um espelho do contexto social em que está inserido”.

REFLEXÃO FINAL

1. Considerações Finais

Este estudo de investigação resultou da necessidade de esclarecer e fundamentar a contribuição da Educação Não Formal na qualidade das aprendizagens dos alunos, relembrando assim o problema central deste estudo - **Perceber os motivos que levam os alunos cada vez mais a recorrer às Salas de Estudo.**

Nesta fase, consideramos que os conceitos esclarecidos na Revisão da Literatura e a análise e interpretação dos dados recolhidos nos permitiram dar resposta às questões da investigação relacionadas com os objetivos de estudo, chegando assim às conclusões apresentadas neste trabalho.

Serão referidas também algumas recomendações no que diz respeito a futuros estudos, no âmbito das Salas de Estudo.

Os resultados serão apresentados a partir das questões colocadas inicialmente.

Questão 1 - Será que as Salas de Estudo cumprem com os objetivos para as quais foi criadas?

As Salas de Estudo são um espaço pedagógico onde o aluno pode complementar a sua aprendizagem fora da escola, com vista a obter um maior sucesso escolar.

A Sala de Estudo rege-se por um regulamento interno que tem objetivos a cumprir, tais como “Desenvolver a autonomia dos alunos; contribuir para a eficácia dos alunos na organização das aprendizagens e na realização de trabalhos escolares; (...) possibilitar o apoio especializado para esclarecimento de dúvidas sobre assuntos já abordados na escola...”. (Anexo 5) Os objetivos são definidos pela direção com base no desenvolvimento das competências exigidas por cada disciplina no plano curricular escolar, promovendo assim o sucesso educativo das crianças e jovens.

Segundo os dados recolhidos através dos inquéritos por questionário aos Encarregados de Educação, estes afirmam ter conhecimento dos objetivos que são dados a conhecer através do regulamento interno aquando da inscrição na Sala de Estudo.

De acordo com os dados dos alunos, estes frequentam a Sala de Estudo com o objetivo de fazer os trabalhos de casa e de melhorar o rendimento escolar, indo de encontro à opinião dos Encarregados de Educação quando afirmam que a Sala de Estudo contribui no aproveitamento escolar, assumindo que os objetivos definidos no regulamento interno estão a ser cumpridos.

Em suma, as Salas de Estudo têm a função de orientar o aluno no desenvolvimento das aprendizagens, facultando-lhe a oportunidade de aprender através da cooperação, da partilha, do diálogo, da comunicação e da experimentação, de forma a complementar a Educação Formal.

Apesar de a educação ser obrigatória e gratuita no Ensino Formal, parece não ser suficiente para os Encarregados de Educação, uma vez que estes recorrem às Salas de Estudo para aperfeiçoar a educação considerada “insuficiente”.

Questão 2 - Em que medida as Salas de Estudo apoiam o combate ao insucesso escolar?

O Insucesso Escolar é usualmente atribuído ao facto de os alunos não atingirem as metas propostas dentro dos limites temporais definidos e traduzem-se na prática pelas taxas de reprovação, repetência e abandono escolar. É neste sentido que as Salas de Estudo apoiam o combate ao insucesso escolar, promovendo o sucesso educativo através da motivação, que é considerada como um fator determinante no contexto escolar e igualmente determinante para o sucesso da aprendizagem.

Os professores da Sala de Estudo usam o termo “estratégias” de ensino/aprendizagem para favorecer o desenvolvimento de determinadas competências que se têm em vista. Qualquer estratégia desenvolvida necessita de procedimentos adequados, neste caso o que se pretende é educar o aprendiz para obter a sua autonomia, independência e senso crítico.

Pelo exposto e através dos dados dos inquéritos realizados aos Encarregados de Educação, podemos considerar que as Salas de Estudo apoiam o combate ao insucesso escolar uma vez que maioria dos educandos mantiveram ou melhoraram as notas.

Questão 3 - Qual o contributo das Salas de Estudo no processo e socialização do aluno?

As Salas de Estudo contribuem no processo e socialização do aluno na medida em que tentam “Possibilitar às crianças o desenvolvimento pessoal de acordo com as suas capacidades, de forma a poder realizar-se como indivíduos autónomos e caminhar para o seu papel de cidadão”. (Anexo 5)

Segundo os dados dos inquéritos respondidos pelos Encarregados de Educação, constatamos que a maioria dos alunos se adaptaram bem ao ambiente da Sala de Estudo e

de acordo com os dados dos inquéritos dos alunos, 47% sentem-se mais integrados na escola e 44% já gostam mais de ir à escola desde que frequentam a Sala de Estudo.

Outro contributo das Salas de Estudos no processo e socialização do aluno é “Incentivar a autonomia da criança e a sua socialização como processo de crescimento e desenvolvimento, procurando promover ainda o espírito de iniciativa e de responsabilidade, numa atitude de livre expressão e de respeito pelo outro.” (Anexo 5)

Segundo Carneiro (2001, p. 51), “A Educação pode ajudar-nos a compreender o que a humanidade aprendeu acerca de si mesma, pode ajudar-nos a contextualizar a nossa existência, pode ajudar-nos para a mudança ou para decidir sobre o nosso próprio futuro”.

Assim, este espaço envolve os alunos na tomada de decisões, estimulando-os a estabelecer os seus próprios objetivos de aprendizagem, selecionando os conteúdos a abordar, as atividades a realizar e os materiais a utilizar, promovendo a socialização.

Questão 4 - De que forma as Salas de Estudo influenciam o gosto pela aprendizagem?

As Salas de Estudo devem dinamizar e aperfeiçoar o funcionamento de um espaço que venha colmatar as necessidades e dificuldades dos alunos, apoiando-os sempre que necessitem, influenciando assim o gosto pela aprendizagem.

De acordo com Berbaum (1992, p. 34) “aprender tem como finalidade mudar a nossa maneira de fazer, a nossa maneira de ver o mundo, no sentido de podermos agir com uma maior eficácia”.

À Sala de Estudo compete “Proporcionar uma vasta gama de atividades integradas num projeto educativo onde os alunos possam escolher e participar livremente, considerando as características dos grupos e, sempre, tendo como base o maior respeito pela pessoa”. (Anexo 5)

De acordo com os dados dos inquéritos dos alunos, 100% dos inquiridos afirmam que a Sala de Estudo contribui para melhorar as aprendizagens e neste sentido, Felizardo (1995) admite que as atividades proporcionam o sucesso e facultam sinais que levam a um maior conhecimento do aluno.

Só é possível influenciar o gosto pela aprendizagem, através do conhecimento do aluno.

2. Limitações do Estudo

Após concluído este estudo, ocorre-nos fazer uma breve reflexão acerca das dificuldades sentidas no decorrer do mesmo.

A principal dificuldade tem a ver com o fator temporal, de a investigadora ter realizado num período de tempo limitado, e acumulando ainda o desempenho de diversas funções (mãe, esposa, professora, e coordenadora). A exigência deste trabalho originou, em determinados momentos, sentimentos de algum desalento, culpa, receio e de menor motivação.

A inexistência de trabalhos nesta área foi outra dificuldade sentida, pois a contribuição das Salas de Estudo no contexto de Ensino Não Formal tem muitas limitações reconhecidas na bibliografia.

Relativamente ao estudo realizado, sublinha-se que este é um estudo de caso e, como tal, apresenta limitações. Desta forma, os resultados desta experiência não podem ser generalizados, no entanto, esperamos que possam dar algum contributo no que respeita ao conhecimento teórico da temática em estudo.

No que diz respeito ao trabalho empírico, a opção de realizar inquérito por questionário aos Encarregados de Educação, deixou-nos com uma sensação de insatisfação, pois consideramos que a informação recolhida através da entrevista é muito rica e reforça o grau de consistência dos dados recolhidos através da técnica do questionário aos alunos.

Como limitação a este estudo sinto também que a entrevista aos professores do 1º Ciclo poderia enriquecer a investigação permitindo retirar outras ilações.

Apesar destas limitações, nenhuma anteriormente mencionada constituiu impedimento para validar os resultados do estudo efetuado, assim como as conclusões resultantes da análise dos mesmos.

Deste modo, este estudo não pretende fazer qualquer tipo de generalização a outros contextos similares, no entanto, procurou encorajar futuros trabalhos e projetos de investigação.

3. Sugestões para futuras investigações

Do que foi exposto anteriormente, seria interessante desenvolver outros estudos de investigação, no domínio da aprendizagem em Sala de Estudo, na medida em que, a

investigação sobre este tema é inexistente, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, pelo que se sugerem as seguintes investigações:

- Analisar as opiniões e considerações dos professores do Ensino Formal face ao tema Salas de Estudo/Educação Não Formal.
- Perceber o papel da Sala de Estudo no combate ao abandono escolar.
- Entender se os Encarregados de Educação procuram as Salas de Estudo para que os seus educandos melhorem o rendimento escolar ou porque não têm onde e com quem deixar os seus educandos.
- Aferir como é que os professores das Salas de Estudo elaboram os instrumentos de avaliação.

É importante salientar, que estas pistas foram refletidas com base na experiência obtida através do contacto com os Encarregados de Educação, alunos e que participaram neste estudo, assim como as professoras do Ensino Formal.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, Natércio. (2005). *Investigação Naturalista em Educação*. Um guia prático e crítico. Lisboa: Asa Editores.

Araújo, J. (2006). *Crianças: Sentadas! Trabalhos de casa no ATL*. Porto: Livpsic

Azevedo, M. (2008). *Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares: sugestões para estruturação da escrita*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Barroso, M. & Salema, M. (1999). Salas de Estudo e auto-regulação da aprendizagem. *Revista da Educação*. 16. 139-161.

Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.

Benavente, A. (1976). *A Escola na sociedade de classes – O Professor Primário e o Insucesso escolar*. Lisboa: Livros Horizontes.

Berbaum, J. (1992). *Desenvolver a capacidade de aprendizagem*. Lisboa: ESE João de Deus, pp. 27-35.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Burniaux, Jeanne. (1977). *O sucesso escolar*. Lisboa: Moraes Editores.

Carneiro, R. (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Cavaco, C. (2002). *Aprender fora da escola. Percursos de Formação Experiencial*. Lisboa: Educa

Coelho, J. (1994). *Investigação e Educação*. Lisboa: ESE João de Deus.

Delors, J. (2001). *Educação: Um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI – 7ª Edição – Asa Editores II, S.A.

Dias, Ester L., *Em Busca do Sucesso Escolar*. (1989). Lisboa: Livros Horizontes.

Domonicé, P.(1996). Apprendre à se former. In Étienne Bourgeois (Éd.). L'adulte en formation. Regards pluriels. Bruxelles: De Boeck Université;

Durkheim, E. (2007). *Educação e Sociologia*. Editora: Edições 70.

Enriotti, S. (1991). *Du vécu à la formation expérientielle*. In B. Courtois e G. Pineau (Ed). La formation expérientielle des adultes. Paris: La Documentation Française.

Estrela, Albano (1994). *Teoria e Prática de Observação de classes*. Porto: Porto Editora.

Felizardo, D. (1997). *Combater as dificuldades de aprendizagem – actividades de apoio educativo*. 2ª edição. Lisboa: Texto Editora.

Gall, A. (1978). *O insucesso escolar*. Lisboa: Editorial Estampa.

Josso, C. (1996). *Se former en tant qu'adultes: défis, enjeux, ressources et difficultés*. In Étienne Bourgeois (Éd.). L'adulte en formation. Regards pluriels. Bruxelles: De Boeck Université.

Landry, F.(1991). *Vers une théorie de l'apprentissage expérientiel*. In B. Courtois e G. Pineau (Ed). La formation expérientielle des adultes. Paris: La Documentacion Française.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2008). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget

Marujo, Helena Águeda, Neto, L. M. & Perloiro, Maria de Fátima. (2005). *A Família e o Sucesso Escolar*. Lisboa: Editorial Presença.

Ministério da Educação (1995). *A luta contra o insucesso escolar; Um desafio para a construção europeia*. Documento síntese Rede Eurydice, Lisboa.

Pinto, L. (2007). *Educação Não-Formal um contributo para a compreensão do conceito e das práticas em Portugal*. Tese de mestrado inédita, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Postic, M. (1995) – Para uma Estratégia Pedagógica do Sucesso Escolar. Porto: Porto Editora.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Vermersch, P (1991). *L'entretien d'explicitation dans la formation expérientielle organisée*. In B. Courtois e G. Pineau (Ed). *La formation expérientielle des adultes*. Paris: La Documentacion Française.

WEBGRAFIA

Cañellas, A. (2005). *Continuidad y complementariedad entre la educación formal y no formal*. Revista de Educación, 338, 9-22. Recuperado em 2013, fevereiro 27, de http://www.revistaeducacion.mec.es/re338/re338_03.pdf

Comissão Europeia (2004). *Projecto de conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho sobre princípios comuns europeus de identificação e de validação da aprendizagem não-formal e informal*. Recuperado em 2013, fevereiro 27, de http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/informal/validation2004_pt.pdf

Cross, J., Mendes, A. & Ventura, A. (2009). *As explicações em estudo de caso: alguns dados da cidade de Aquarela*. Rev. Lusófona de Educação, 13, 81-88. Recuperado em 2013, fevereiro 11, de

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/551>

Esteban, J. (2005). *La educación a lo largo de la vida: La educación social, la educación escolar, la educación continua... todas son educaciones formales*. Revista de Educación, 338, 167-175. Recuperado em 2013, fevereiro 27, de

http://www.mecd.gob.es/revista-de-educacion/numeros-revista-educacion/numeros-antteriores/2005/re338/re338_10.html

Francisco, Z. L (2005). *A Educação informal e a Educação Formal: interfaces e significados de saberes no ensino de química em Moçambique*. Red Revistas Científicas de América Latina Y el Caribe, Espana y Portugal. Recuperado em 2013, março 10, de

<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/684/68480111.pdf>

Gaspar, A. (1990). *A Educação Formal e a educação informal em ciências*. Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recuperado em 2013, março 10, de

http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art14_aeducacaoformal.pdf

Gohn, M. (2006). *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. Biblioteca Científica Electrónica, Recuperado em 2013, fevereiro 27, de

<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>

International Institute for Educational Planning. (2010). Non Formal Education. Chapter 12, *Guidebook for Planning Education in Emergencies and Reconstruction*. Revised edition. Ed. UNESCO: Paris. Recuperado em 2013, abril 21, de

<http://sphereprototype.conted.ox.ac.uk/cases/learningistheirfuture/pdf/UNESCO.ECDCchapter.pdf>

Pinto, L. (2005). *Sobre educação não-formal*. Cadernos D'Inducar. Recuperado em 2013, janeiro 6, de

<http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf>

Pinto, L., & Pereira, S. (2008). *Educação Não-Formal para uma Infância Real sobre educação não-formal*. Cadernos D'Inducar. Recuperado em 2013, janeiro 6, de

http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/Educacao_NaoFormal_para_uma_Infancia_Real.pdf

Ventura, A., Neto-Mendes, A., Costa, J. & Azevedo, S. (2006). *El fenómeno del apoyo al aprendizaje fuera de la escuela visto a través de un análisis comparado*. Profesorado. Revista de currículum y formación del profesorado, 10, 2. Recuperado em 2013, março 3, de

<http://www.ugr.es/~recfpro/rev102ART2.pdf>

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Decreto-lei n.º 74/2004, de 26 de março
- Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto

ANEXOS

ANEXO 1

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO
Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto

ANEXO 2

DOCUMENTO EMANADO NA COMISSÃO EUROPEIA 2004

ANEXO 3

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

ANEXO 4

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS ENCARREGADOS DE
EDUCAÇÃO

ANEXO 5

QUADRO DOS EXCERTOS DOS DOCUMENTOS

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto

A Lei Nº 46/1986, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 115/1997, de 19 de Setembro, e com as alterações e aditamentos introduzidos pela presente lei, é republicada e renumerada na sua totalidade em anexo, que dela faz parte integrante

Capítulo I Âmbito e princípios

Artigo 1º Âmbito e definição

- 1 - A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo.
- 2 - O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.
- 3 - O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.
- 4 - O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português - continente e Regiões Autónomas -, mas deve ter uma expressão suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa.
- 5 - A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado para o efeito.

Artigo 2º Princípios gerais

- 1 - Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.
- 2 - É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.
- 3 - No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:
 - a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;
 - b) O ensino público não será confessional;
 - c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.
- 4 - O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.
- 5 - A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

Artigo 3º Princípios organizativos

O sistema educativo organiza-se de forma a:

- a) Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do mundo;
- b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;
- c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens;
- d) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;

- f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;
- g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- h) Contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- i) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;
- j) Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo;
- l) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Capítulo II

Organização do sistema educativo

Artigo 4º

Organização geral do sistema educativo

- 1 - O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.
- 2 - A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.
- 3 - A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.
- 4 - A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

Secção I

Educação pré-escolar

Artigo 5º

Educação pré-escolar

- 1 - São objectivos da educação pré-escolar:
 - a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
 - b) Contribuir para a estabilidade e a segurança afectivas da criança;
 - c) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
 - d) Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
 - e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;
 - f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;
 - g) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;
 - h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.
- 2 - A prossecução dos objectivos enunciados far-se-á de acordo com conteúdos, métodos e técnicas apropriados, tendo em conta a articulação com o meio familiar.
- 3 - A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.
- 4 - Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar.
- 5 - A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.
- 6 - O Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento.

7 - Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 - A frequência da educação pré-escolar é facultativa no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar.

Secção II

Educação escolar

Subsecção I

Ensino básico

Artigo 6º

Universalidade

1 - O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.

2 - Ingressam no ensino básico as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de Setembro.

3 - As crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro podem ingressar no ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, em termos a regulamentar.

4 - A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina aos 15 anos de idade.

5 - A gratuitidade no ensino básico abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de transporte, alimentação e alojamento, quando necessários.

Artigo 7º

Objectivos

São objectivos do ensino básico:

a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;

b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;

c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;

d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;

e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;

f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;

g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;

h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;

i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;

j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;

l) Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;

m) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;

n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;

o) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

Artigo 8º

Organização

1 - O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos, organizados nos seguintes termos:

a) No 1º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;

b) No 2º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de professor por área;

c) No 3º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.

2 - A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

3 - Os objectivos específicos de cada ciclo integram-se nos objectivos gerais do ensino básico, nos termos dos números anteriores e de acordo com o desenvolvimento etário correspondente, tendo em atenção as seguintes particularidades:

a) Para o 1º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social e das expressões plástica, dramática, musical e motora;

b) Para o 2º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;

c) Para o 3º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida activa, com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.

4 - Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica.

5 - A conclusão com aproveitamento do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma, devendo igualmente ser certificado o aproveitamento de qualquer ano ou ciclo, quando solicitado.

Subsecção II

Ensino secundário

Artigo 9º

Objectivos

O ensino secundário tem por objectivos:

a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;

b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;

c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;

d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;

e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;

f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;

g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

Artigo 10º

Organização

1 - Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completarem com aproveitamento o ensino básico.

2 - Os cursos do ensino secundário têm a duração de três anos.

3 - O ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.

4 - É garantida a permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida activa e os cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos.

5 - A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito à atribuição de um diploma, que certificará a formação adquirida e, nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida activa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de actividades profissionais determinadas.

6 - No ensino secundário cada professor é responsável, em princípio, por uma só disciplina.

7 - Podem ser criados estabelecimentos especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

Subsecção III Ensino superior

Artigo 11º Âmbito e objectivos

1 - O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

2 - São objectivos do ensino superior:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e empreendedor, bem como do pensamento reflexivo;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, e colaborar na sua formação contínua;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, das humanidades e das artes, e a criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que se integra;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem património da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração, na lógica de educação ao longo da vida e de investimento geracional e intergeracional, visando realizar a unidade do processo formativo;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, num horizonte de globalidade, em particular os nacionais, regionais e europeus, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural;
- h) Promover e valorizar a língua e a cultura portuguesas;
- i) Promover o espírito crítico e a liberdade de expressão e de investigação.

3 - O ensino universitário, orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber, visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

4 - O ensino politécnico, orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

Artigo 12º Acesso

1 - Têm acesso ao ensino superior os indivíduos habilitados com o curso do ensino secundário ou equivalente que façam prova de capacidade para a sua frequência.

2 - O Governo define, através de decreto-lei, os regimes de acesso e ingresso no ensino superior, em obediência aos seguintes princípios:

- a) Democraticidade, equidade e igualdade de oportunidades;
- b) Objectividade dos critérios utilizados para a selecção e seriação dos candidatos;
- c) Universalidade de regras para cada um dos subsistemas de ensino superior;
- d) Valorização do percurso educativo do candidato no ensino secundário, nas suas componentes de avaliação contínua e provas nacionais, traduzindo a relevância para o acesso ao ensino superior do sistema de certificação nacional do ensino secundário;
- e) Utilização obrigatória da classificação final do ensino secundário no processo de seriação;
- f) Coordenação dos estabelecimentos de ensino superior para a realização da avaliação, selecção e seriação por forma a evitar a proliferação de provas a que os candidatos venham a submeter-se;
- g) Carácter nacional do processo de candidatura à matrícula e inscrição nos estabelecimentos de ensino superior público, sem prejuízo da realização, em casos devidamente fundamentados, de concursos de natureza local;
- h) Realização das operações de candidatura pelos serviços da administração central e regional da educação.

3 - Nos limites definidos pelo número anterior, o processo de avaliação da capacidade para a frequência, bem como o de selecção e seriação dos candidatos ao ingresso em cada curso e estabelecimento de ensino superior, é da competência dos estabelecimentos de ensino superior.

4 - O Estado deve progressivamente assegurar a eliminação de restrições quantitativas de carácter global no acesso ao ensino superior (*numerus clausus*) e criar as condições para que os cursos existentes e a criar correspondam globalmente às necessidades em quadros qualificados, às aspirações individuais e à elevação do nível educativo, cultural e científico do País e para que seja garantida a qualidade do ensino ministrado.

5 - Têm igualmente acesso ao ensino superior, nas condições a definir pelo Governo, através de decreto-lei:

- a) Os maiores de 23 anos que, não sendo titulares da habilitação de acesso ao ensino superior, façam prova de capacidade para a sua frequência através da realização de provas especialmente adequadas, realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior;
- b) Os titulares de qualificações pós-secundárias apropriadas.
- 6 - O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior, de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou de desvantagens sociais prévias.
- 7 - Os trabalhadores-estudantes terão regimes especiais de acesso e ingresso e de frequência do ensino superior que garantam os objectivos da aprendizagem ao longo da vida e da flexibilidade e mobilidade dos percursos escolares.

Artigo 13º

Organização da formação, reconhecimento e mobilidade

- 1 - A organização da formação ministrada pelos estabelecimentos de ensino superior adopta o sistema europeu de créditos.
- 2 - Os créditos são a unidade de medida do trabalho do estudante.
- 3 - O número de horas de trabalho do estudante a considerar inclui todas as formas de trabalho previstas, designadamente as horas de contacto e as horas dedicadas a estágios, projectos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação.
- 4 - A mobilidade dos estudantes entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais, do mesmo ou de diferentes subsistemas, bem como entre estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e nacionais, é assegurada através do sistema de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas.
- 5 - Os estabelecimentos de ensino superior reconhecem, através da atribuição de créditos, a experiência profissional e a formação pós-secundária dos que nele sejam admitidos através das modalidades especiais de acesso a que se refere o N.º 5 do artigo 12º
- 6 - Os estabelecimentos de ensino superior podem associar-se com outros estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros, para conferirem os graus académicos e atribuírem os diplomas previstos nos artigos seguintes.
- 7 - Não é permitido o funcionamento de estabelecimentos de ensino superior em regime de franquia.

Artigo 14º

Graus académicos

- 1 - No ensino superior são conferidos os graus académicos de licenciado, mestre e doutor.
- 2 - O grau de licenciado é conferido nos ensinos universitário e politécnico.
- 3 - O grau de licenciado é conferido após um ciclo de estudos com um número de créditos que corresponda a uma duração compreendida entre seis e oito semestres curriculares de trabalho.
- 4 - O grau de mestre é conferido nos ensinos universitário e politécnico.
- 5 - Têm acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:
- a) Os titulares do grau de licenciado;
- b) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos.
- 6 - O grau de mestre é conferido:
- a) Após um ciclo de estudos com um número de créditos que corresponda a uma duração compreendida entre três e quatro semestres curriculares de trabalho;
- b) A título excepcional, após um ciclo de estudos com um número de créditos que corresponda a dois semestres curriculares de trabalho.
- 7 - O grau de mestre pode igualmente ser conferido após um ciclo de estudos integrado com um número de créditos que corresponda a uma duração compreendida entre 10 e 12 semestres curriculares de trabalho, nos casos em que, para o acesso ao exercício de uma determinada actividade profissional, essa duração:
- a) Seja fixada por normas legais da União Europeia;
- b) Resulte de uma prática estável e consolidada na União Europeia.
- 8 - O ciclo de estudos a que se refere o número anterior pode ser organizado em etapas, podendo o estabelecimento de ensino atribuir o grau de licenciado aos que tenham concluído um período de estudos com duração não inferior a seis semestres.
- 9 - O grau de doutor é conferido no ensino universitário.
- 10 - Têm acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de doutor:
- a) Os titulares do grau de mestre;
- b) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos.

11 - Só podem conferir um dado grau académico numa determinada área os estabelecimentos de ensino superior que disponham de um corpo docente próprio, qualificado nessa área, e dos demais recursos humanos e materiais que garantam o nível e a qualidade da formação adquirida.

12 - Só podem conferir o grau de doutor numa determinada área os estabelecimentos de ensino superior universitário que, para além das condições a que se refere o número anterior, demonstrem possuir, nessa área, os recursos humanos e organizativos necessários à realização de investigação e uma experiência acumulada nesse domínio sujeita a avaliação e concretizada numa produção científica e académica relevantes.

Artigo 15º

Diplomas

1 - Os estabelecimentos de ensino superior podem realizar cursos não conferentes de grau académico cuja conclusão com aproveitamento conduza à atribuição de um diploma.

2 - Os ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado ou de mestre podem ser organizados em etapas, correspondendo cada etapa à atribuição de um diploma.

Artigo 16º

Formação pós-secundária

1 - Os estabelecimentos de ensino superior podem ainda realizar cursos de ensino pós-secundário não superior visando a formação profissional especializada.

2 - Os titulares dos cursos referidos no número anterior estão habilitados a concorrer ao acesso e ingresso no ensino superior, sendo a formação superior neles realizada creditável no âmbito do curso em que sejam admitidos.

Artigo 17º

Estabelecimentos

1 - O ensino universitário realiza-se em universidades e em escolas universitárias não integradas.

2 - O ensino politécnico realiza-se em escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação, entre outros.

3 - As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciados e ou por departamentos ou outras unidades, podendo ainda integrar escolas superiores do ensino politécnico.

4 - As escolas superiores do ensino politécnico podem ser associadas em unidades mais amplas, com designações várias, segundo critérios de interesse regional e ou de natureza das escolas.

Artigo 18º

Investigação científica

1 - O Estado deve assegurar as condições materiais e culturais de criação e investigação científicas.

2 - Nas instituições de ensino superior serão criadas as condições para a promoção da investigação científica e para a realização de actividades de investigação e desenvolvimento.

3 - A investigação científica no ensino superior deve ter em conta os objectivos predominantes da instituição em que se insere, sem prejuízo da sua perspetivação em função do progresso, do saber e da resolução dos problemas postos pelo desenvolvimento social, económico e cultural do País.

4 - Devem garantir-se as condições de publicação dos trabalhos científicos e facilitar-se a divulgação dos novos conhecimentos e perspectivas do pensamento científico, dos avanços tecnológicos e da criação cultural.

5 - Compete ao Estado incentivar a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, tendo particularmente em vista os interesses da colectividade.

Subsecção IV

Modalidades especiais de educação escolar

Artigo 19º

Modalidades

1 - Constituem modalidades especiais de educação escolar:

- a) A educação especial;
- b) A formação profissional;
- c) O ensino recorrente de adultos;
- d) O ensino a distância;
- e) O ensino português no estrangeiro.

2 - Cada uma destas modalidades é parte integrante da educação escolar, mas rege-se por disposições especiais.

Artigo 20º

Âmbito e objectivos da educação especial

- 1 - A educação especial visa a recuperação e a integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais.
- 2 - A educação especial integra actividades dirigidas aos educandos e acções dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades.
- 3 - No âmbito dos objectivos do sistema educativo, em geral, assumem relevo na educação especial:
 - a) O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais;
 - b) A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
 - c) O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
 - d) A redução das limitações provocadas pela deficiência;
 - e) O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes;
 - f) O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
 - g) A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa.

Artigo 21º

Organização da educação especial

- 1 - A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoios de educadores especializados.
- 2 - A educação especial processar-se-á também em instituições específicas quando comprovadamente o exigam o tipo e o grau de deficiência do educando.
- 3 - São também organizadas formas de educação especial visando a integração profissional do deficiente.
- 4 - A escolaridade básica para crianças e jovens deficientes deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas.
- 5 - Incumbe ao Estado promover e apoiar a educação especial para deficientes.
- 6 - As iniciativas de educação especial podem pertencer ao poder central, regional ou local ou a outras entidades colectivas, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.
- 7 - Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação especial, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.
- 8 - Ao Estado cabe promover, a nível nacional, acções que visem o esclarecimento, a prevenção e o tratamento precoce da deficiência.

Artigo 22º

Formação profissional

- 1 - A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida activa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.
- 2 - Têm acesso à formação profissional:
 - a) Os que tenham concluído a escolaridade obrigatória;
 - b) Os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta;
 - c) Os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissionais.
- 3 - A formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciados.
- 4 - A formação profissional estrutura-se por forma a desenvolver acções de:
 - a) Iniciação profissional;
 - b) Qualificação profissional;
 - c) Aperfeiçoamento profissional;
 - d) Reconversão profissional.
- 5 - A organização dos cursos de formação profissional deve adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, podendo integrar módulos de duração variável e combináveis entre si, com vista à obtenção de níveis profissionais sucessivamente mais elevados.
- 6 - O funcionamento dos cursos e módulos pode ser realizado segundo formas institucionais diversificadas, designadamente:
 - a) Utilização de escolas de ensino básico e secundário;
 - b) Protocolos com empresas e autarquias;
 - c) Apoios a instituições e iniciativas estatais e não estatais;
 - d) Dinamização de acções comunitárias e de serviços à comunidade;
 - e) Criação de instituições específicas.

7 - A conclusão com aproveitamento de um módulo ou curso de formação profissional confere direito à atribuição da correspondente certificação.

8 - Serão estabelecidos processos que favoreçam a recorrência e a progressão no sistema de educação escolar dos que completarem cursos de formação profissional.

Artigo 23º

Ensino recorrente de adultos

1 - Para os indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário é organizado um ensino recorrente.

2 - Este ensino é também destinado aos indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, tendo em especial atenção a eliminação do analfabetismo.

3 - Têm acesso a esta modalidade de ensino os indivíduos:

a) Ao nível do ensino básico, a partir dos 15 anos;

b) Ao nível do ensino secundário, a partir dos 18 anos.

4 - Este ensino atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo ensino regular, sendo as formas de acesso e os planos e métodos de estudos organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrados.

5 - A formação profissional referida no artigo anterior pode ser também organizada de forma recorrente.

Artigo 24º

Ensino a distância

1 - O ensino a distância, mediante o recurso aos *multimédia* e às novas tecnologias da informação, constitui não só uma forma complementar do ensino regular mas pode constituir também uma modalidade alternativa da educação escolar.

2 - O ensino a distância terá particular incidência na educação recorrente e na formação contínua de professores.

3 - Dentro da modalidade de ensino a distância situa-se a universidade aberta.

Artigo 25º

Ensino português no estrangeiro

1 - O Estado promoverá a divulgação e o estudo da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro mediante acções e meios diversificados que visem, nomeadamente, a sua inclusão nos planos curriculares de outros países e a criação e a manutenção de leitorados de português, sob orientação de professores portugueses, em universidades estrangeiras.

2 - Será incentivada a criação de escolas portuguesas nos países de língua oficial portuguesa e junto das comunidades de emigrantes portugueses.

3 - O ensino da língua e da cultura portuguesas aos trabalhadores emigrantes e seus filhos será assegurado através de cursos e actividades promovidos nos países de imigração em regime de integração ou de complementaridade relativamente aos respectivos sistemas educativos.

4 - Serão incentivadas e apoiadas pelo Estado as iniciativas de associações de portugueses e as de entidades estrangeiras, públicas e privadas, que contribuam para a prossecução dos objectivos enunciados neste artigo.

Secção III

Educação extra-escolar

Artigo 26º

Educação extra-escolar

1 - A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.

2 - A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da acção educativa.

3 - São vectores fundamentais da educação extra-escolar:

a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional;

b) Contribuir para a efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de base de adultos;

c) Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade;

d) Preparar para o emprego, mediante acções de reconversão e de aperfeiçoamento profissionais, os adultos cujas qualificações ou treino profissional se tornem inadequados face ao desenvolvimento tecnológico;

e) Desenvolver as aptidões tecnológicas e o saber técnico que permitam ao adulto adaptar-se à vida contemporânea;

f) Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural.

4 - As actividades de educação extra-escolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar, ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas e adequadas.

5 - Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações culturais e recreativas, associações de pais, associações de estudantes e organismos juvenis, associações de educação popular, organizações sindicais e comissões de trabalhadores, organizações cívicas e confessionais e outras.

6 - O Estado, para além de atender à dimensão educativa da programação televisiva e radiofónica em geral, assegura a existência e funcionamento da rádio e da televisão educativas, numa perspectiva de pluralidade de programas, cobrindo tempos diários de emissão suficientemente alargados e em horários diversificados.

Capítulo III

Apoios e complementos educativos

Artigo 27º

Promoção do sucesso escolar

1 - São estabelecidas e desenvolvidas actividades e medidas de apoio e complemento educativos visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.

2 - Os apoios e complementos educativos são aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória.

Artigo 28º

Apoios a alunos com necessidades escolares específicas

Nos estabelecimentos de ensino básico é assegurada a existência de actividades de acompanhamento e complemento pedagógicos, de modo positivamente diferenciado, a alunos com necessidades escolares específicas.

Artigo 29º

Apoio psicológico e orientação escolar e profissional

O apoio no desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.

Artigo 30º

Acção social escolar

1 - São desenvolvidos, no âmbito da educação pré-escolar e da educação escolar, serviços de acção social escolar concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados.

2 - Os serviços de acção social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de acções, em que avultam a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo.

Artigo 31º

Apoio de saúde escolar

Será realizado o acompanhamento do saudável crescimento e desenvolvimento dos alunos, o qual é assegurado, em princípio, por serviços especializados dos centros comunitários de saúde em articulação com as estruturas escolares.

Artigo 32º

Apoio a trabalhadores-estudantes

Aos trabalhadores-estudantes será proporcionado um regime especial de estudos que tenha em consideração a sua situação de trabalhadores e de estudantes e que lhes permita a aquisição de conhecimentos, a progressão no sistema do ensino e a criação de oportunidades de formação profissional adequadas à sua valorização pessoal.

Capítulo IV

Recursos humanos

Artigo 33º

Princípios gerais sobre a formação de educadores e professores

1 - A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:

- a) Formação inicial de nível superior, proporcionando aos educadores e professores de todos os níveis de educação e ensino a informação, os métodos e as técnicas científicos e pedagógicos de base, bem como a formação pessoal e social adequadas ao exercício da função;
- b) Formação contínua que complemente e actualize a formação inicial numa perspectiva de educação permanente;
- c) Formação flexível que permita a reconversão e mobilidade dos educadores e professores dos diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente o necessário complemento de formação profissional;
- d) Formação integrada quer no plano da preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórico-prática;
- e) Formação assente em práticas metodológicas afins das que o educador e o professor vierem a utilizar na prática pedagógica;
- f) Formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e actuante;
- g) Formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa;
- h) Formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem.

2 - A orientação e as actividades pedagógicas na educação pré-escolar são asseguradas por educadores de infância, sendo a docência em todos os níveis e ciclos de ensino assegurada por professores detentores de diploma que certifique a formação profissional específica com que se encontram devidamente habilitados para o efeito.

Artigo 34º

Formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário

1 - Os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário adquirem a qualificação profissional através de cursos superiores organizados de acordo com as necessidades do desempenho profissional no respectivo nível de educação e ensino.

2 - O Governo define, por decreto-lei, os perfis de competência e de formação de educadores e professores para ingresso na carreira docente.

3 - A formação dos educadores de infância e dos professores dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação e em estabelecimentos de ensino universitário.

4 - O Governo define, por decreto-lei, os requisitos a que as escolas superiores de educação devem satisfazer para poderem ministrar cursos de formação inicial de professores do 3º ciclo do ensino básico, nomeadamente no que se refere a recursos humanos e materiais, de forma que seja garantido o nível científico da formação adquirida.

5 - A formação dos professores do ensino secundário realiza-se em estabelecimentos de ensino universitário.

6 - A qualificação profissional dos professores de disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico ou secundário pode adquirir-se através de cursos de licenciatura que assegurem a formação na área da disciplina respectiva, complementados por formação pedagógica adequada.

7 - A qualificação profissional dos professores do ensino secundário pode ainda adquirir-se através de cursos de licenciatura que assegurem a formação científica na área de docência respectiva, complementados por formação pedagógica adequada.

Artigo 35º

Qualificação para professor do ensino superior

1 - Adquirem qualificação para a docência no ensino superior os habilitados com os graus de doutor ou de mestre, bem como os licenciados que tenham prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, podendo ainda exercer a docência outras individualidades reconhecidamente qualificadas.

2 - Podem coadjuvar na docência do ensino superior os indivíduos habilitados com o grau de licenciado ou equivalente.

Artigo 36º

Qualificação para outras funções educativas

1 - Adquirem qualificação para a docência em educação especial os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial que obtenham aproveitamento em cursos especialmente vocacionados para o efeito realizados em estabelecimentos de ensino superior que disponham de recursos próprios nesse domínio.

2 - Nas instituições de formação referidas no Nº 3 e no Nº 5 do artigo 34º podem ainda ser ministrados cursos especializados de administração e inspecção escolares, de animação sócio-cultural, de educação de base de adultos e outros necessários ao desenvolvimento do sistema educativo.

Artigo 37º
Pessoal auxiliar de educação

O pessoal auxiliar de educação deve possuir como habilitação mínima o ensino básico ou equivalente, devendo ser-lhe proporcionada uma formação complementar adequada.

Artigo 38º
Formação contínua

- 1 - A todos os educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito à formação contínua.
- 2 - A formação contínua deve ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.
- 3 - A formação contínua é assegurada predominantemente pelas respectivas instituições de formação inicial, em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham.
- 4 - Serão atribuídos aos docentes períodos especialmente destinados à formação contínua, os quais poderão revestir a forma de anos sabáticos.

Artigo 39º
Princípios gerais das carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação

- 1 - Os educadores, professores e outros profissionais da educação têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais.
- 2 - A progressão na carreira deve estar ligada à avaliação de toda a actividade desenvolvida, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços à comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas.
- 3 - Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior.

Capítulo V
Recursos materiais

Artigo 40º
Rede escolar

- 1 - Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população.
- 2 - O planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.

Artigo 41º
Regionalização

O planeamento e reorganização da rede escolar, assim como a construção e manutenção dos edifícios escolares e seu equipamento, devem assentar numa política de regionalização efectiva, com definição clara das competências dos intervenientes, que, para o efeito, devem contar com os recursos necessários.

Artigo 42º
Edifícios escolares

- 1 - Os edifícios escolares devem ser planeados na óptica de um equipamento integrado e ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes actividades da comunidade e a sua adaptação em função das alterações dos diferentes níveis de ensino, dos currículos e dos métodos educativos.
- 2 - A estrutura dos edifícios escolares deve ter em conta, para além das actividades escolares, o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres e o envolvimento da escola em actividades extra-escolares.
- 3 - A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos, de forma a garantir as condições de uma boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar.
- 4 - Na concepção dos edifícios e na escolha do equipamento devem ser tidas em conta as necessidades especiais dos deficientes.
- 5 - A gestão dos espaços deve obedecer ao imperativo de, também por esta via, se contribuir para o sucesso educativo e escolar dos alunos.

Artigo 43º

Estabelecimentos de educação e de ensino

- 1 - A educação pré-escolar realiza-se em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares onde também seja ministrado o 1º ciclo do ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar.
- 2 - O ensino básico é realizado em estabelecimentos com tipologias diversas que abarcam a totalidade ou parte dos ciclos que o constituem, podendo, por necessidade de racionalização de recursos, ser ainda realizado neles o ensino secundário.
- 3 - O ensino secundário realiza-se em escolas secundárias pluricurriculares, sem prejuízo de, relativamente a certas matérias, se poder recorrer à utilização de instalações de entidades privadas ou de outras entidades públicas não responsáveis pela rede de ensino público para a realização de aulas ou outras acções de ensino e formação.
- 4 - A rede escolar do ensino secundário deve ser organizada de modo que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais.
- 5 - O ensino secundário deve ser predominantemente realizado em estabelecimentos distintos, podendo, com o objectivo de racionalização dos respectivos recursos, ser aí realizados ciclos do ensino básico, especialmente o 3º
- 6 - As diversas unidades que integram a mesma instituição de ensino superior podem dispersar-se geograficamente em função da sua adequação às necessidades de desenvolvimento da região em que se inserem.
- 7 - A flexibilidade da utilização dos edifícios prevista neste artigo em caso algum se poderá concretizar em colisão com o Nº 3 do artigo anterior.

Artigo 44º

Recursos educativos

- 1 - Constituem recursos educativos todos os meios materiais utilizados para conveniente realização da actividade educativa.
- 2 - São recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção:
 - a) Os manuais escolares;
 - b) As bibliotecas e mediatecas escolares;
 - c) Os equipamentos laboratoriais e oficinais;
 - d) Os equipamentos para educação física e desportos;
 - e) Os equipamentos para educação musical e plástica;
 - f) Os centros regionais de recursos educativos.
- 3 - Para o apoio e complementaridade dos recursos educativos existentes nas escolas e ainda com o objectivo de racionalizar o uso dos meios disponíveis será incentivada a criação de centros regionais que disponham de recursos apropriados e de meios que permitam criar outros, de acordo com as necessidades de inovação educativa.

Artigo 45º

Financiamento da educação

- 1 - A educação será considerada, na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado, como uma das prioridades nacionais.
- 2 - As verbas destinadas à educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema educativo.

Capítulo VI

Administração do sistema educativo

Artigo 46º

Princípios gerais

- 1 - A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação que visem a consecução de objectivos pedagógicos e educativos, nomeadamente no domínio da formação social e cívica.
- 2 - O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.
- 3 - Para os efeitos do número anterior, serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção.

Artigo 47º

Níveis de administração

1 - Leis especiais regulamentarão a delimitação e articulação de competências entre os diferentes níveis de administração, tendo em atenção que serão da responsabilidade da administração central, designadamente, as funções de:

- a) Concepção, planeamento e definição normativa do sistema educativo, com vista a assegurar o seu sentido de unidade e de adequação aos objectivos de âmbito nacional;
- b) Coordenação global e avaliação da execução das medidas da política educativa a desenvolver de forma descentralizada ou desconcentrada;
- c) Inspeção e tutela, em geral, com vista, designadamente, a garantir a necessária qualidade do ensino;
- d) Definição dos critérios gerais de implantação de rede escolar, da tipologia das escolas e seu apetrechamento, bem como das normas pedagógicas a que deve obedecer a construção de edifícios escolares;
- e) Garantia da qualidade pedagógica e técnica dos vários meios didácticos, incluindo os manuais escolares.

2 - A nível regional, e com o objectivo de integrar, coordenar e acompanhar a actividade educativa, será criado em cada região um departamento regional de educação, em termos a regulamentar por decreto-lei.

Artigo 48º

Administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino

1 - O funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, nos diferentes níveis, orienta-se por uma perspectiva de integração comunitária, sendo, nesse sentido, favorecida a fixação local dos respectivos docentes.

2 - Em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orientam-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo, tendo em atenção as características específicas de cada nível de educação e ensino.

3 - Na administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa.

4 - A direcção de cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos e pessoal não docente, e apoiada por órgãos consultivos e por serviços especializados, num e noutro caso segundo modalidades a regulamentar para cada nível de ensino.

5 - A participação dos alunos nos órgãos referidos no número anterior circunscreve-se ao ensino secundário.

6 - A direcção de todos os estabelecimentos de ensino superior orienta-se pelos princípios de democraticidade e representatividade e de participação comunitária.

7 - Os estabelecimentos de ensino superior gozam de autonomia científica, pedagógica e administrativa.

8 - As universidades gozam ainda de autonomia financeira, sem prejuízo da acção fiscalizadora do Estado.

9 - A autonomia dos estabelecimentos de ensino superior será compatibilizada com a inserção destes no desenvolvimento da região e do País.

Artigo 49º

Conselho Nacional de Educação

É instituído o Conselho Nacional de Educação, com funções consultivas, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos de soberania, para efeitos de participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa, em termos a regular por lei.

Capítulo VII

Desenvolvimento e avaliação do sistema educativo

Artigo 50º

Desenvolvimento curricular

1 - A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos.

2 - Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.

3 - Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário integram ainda o ensino da moral e da religião católica, a título facultativo, no respeito dos princípios constitucionais da separação das igrejas e do Estado e da não confessionalidade do ensino público.

4 - Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo de existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.

5 - Os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições sócio-económicas e pelas necessidades em pessoal qualificado.

6 - Os planos curriculares do ensino superior respeitam a cada uma das instituições de ensino que ministram os respectivos cursos estabelecidos, ou a estabelecer, de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com uma perspectiva de planeamento integrado da respectiva rede.

7 - O ensino-aprendizagem da língua materna deve ser estruturado de forma que todas as outras componentes curriculares dos ensinos básico e secundário contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

Artigo 51º

Ocupação dos tempos livres e desporto escolar

1 - As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres.

2 - Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade.

3 - As actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas.

4 - As actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação.

5 - O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Artigo 52º

Avaliação do sistema educativo

1 - O sistema educativo deve ser objecto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspectos educativos e pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural.

2 - Esta avaliação incide, em especial, sobre o desenvolvimento, regulamentação e aplicação da presente lei.

Artigo 53º

Investigação em educação

A investigação em educação destina-se a avaliar e interpretar cientificamente a actividade desenvolvida no sistema educativo, devendo ser incentivada, nomeadamente, nas instituições de ensino superior que possuam centros ou departamentos de ciências da educação, sem prejuízo da criação de centros autónomos especializados neste domínio.

Artigo 54º

Estatísticas da educação

1 - As estatísticas da educação são instrumento fundamental para a avaliação e o planeamento do sistema educativo, devendo ser organizadas de modo a garantir a sua realização em tempo oportuno e de forma universal.

2 - Para este efeito devem ser estabelecidas as normas gerais e definidas as entidades responsáveis pela recolha, tratamento e difusão das estatísticas da educação.

Artigo 55º

Estruturas de apoio

1 - O Governo criará estruturas adequadas que assegurem e apoiem actividades de desenvolvimento curricular, de fomento de inovação e de avaliação do sistema e das actividades educativas.

2 - Estas estruturas devem desenvolver a sua actividade em articulação com as escolas e com as instituições de investigação em educação e de formação de professores.

Artigo 56º

Inspecção escolar

A inspecção escolar goza de autonomia no exercício da sua actividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização de educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar.

Capítulo VIII

Ensino particular e cooperativo

Artigo 57º

Especificidade

- 1 - É reconhecido pelo Estado o valor do ensino particular e cooperativo como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos.
- 2 - O ensino particular e cooperativo rege-se por legislação e estatuto próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei.

Artigo 58º

Articulação com a rede escolar

- 1 - Os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar.
- 2 - No alargamento ou no ajustamento da rede o Estado terá também em consideração as iniciativas e os estabelecimentos particulares e cooperativos, numa perspectiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade.

Artigo 59º

Funcionamento de estabelecimentos e cursos

- 1 - As instituições de ensino particular e cooperativo podem, no exercício da liberdade de ensinar e aprender, seguir os planos curriculares e conteúdos programáticos do ensino a cargo do Estado ou adoptar planos e programas próprios, salvaguardadas as disposições constantes do N.º 1 do artigo anterior.
- 2 - Quando o ensino particular e cooperativo adoptar planos e programas próprios, o seu reconhecimento oficial é concedido caso a caso, mediante avaliação positiva resultante da análise dos respectivos currículos e das condições pedagógicas da realização do ensino, segundo normas a estabelecer por decreto-lei.
- 3 - A autorização para a criação e funcionamento de instituições e cursos de ensino superior particular e cooperativo, bem como a aprovação dos respectivos planos de estudos e o reconhecimento oficial dos correspondentes diplomas, faz-se, caso a caso, por decreto-lei.

Artigo 60º

Pessoal docente

- 1 - A docência nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo integrados na rede escolar requer, para cada nível de educação e ensino, a qualificação académica e a formação profissional estabelecidas na presente lei.
- 2 - O Estado pode apoiar a formação contínua dos docentes em exercício nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que se integram na rede escolar.

Artigo 61º

Intervenção do Estado

- 1 - O Estado fiscaliza e apoia pedagógica e tecnicamente o ensino particular e cooperativo.
- 2 - O Estado apoia financeiramente as iniciativas e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quando, no desempenho efectivo de uma função de interesse público, se integrem no plano de desenvolvimento da educação, fiscalizando a aplicação das verbas concedidas.

Capítulo IX

Disposições finais e transitórias

Artigo 62º

Desenvolvimento da lei

- 1 - O Governo fará publicar no prazo de um ano, sob a forma de decreto-lei, a legislação complementar necessária para o desenvolvimento da presente lei que contemple, designadamente, os seguintes domínios:
 - a) Gratuitidade da escolaridade obrigatória;
 - b) Formação de pessoal docente;
 - c) Carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação;
 - d) Administração e gestão escolares;
 - e) Planos curriculares dos ensinos básico e secundário;
 - f) Ensino superior;
 - g) Formação profissional;
 - h) Ensino recorrente de adultos;

- i) Ensino a distância;
- j) Ensino português no estrangeiro;
- l) Apoios e complementos educativos;
- m) Ensino particular e cooperativo;
- n) Educação física e desporto escolar;
- o) Educação artística.

2 - Quando as matérias referidas no número anterior já constarem de lei da Assembleia da República, deverá o Governo, em igual prazo, apresentar as necessárias propostas de lei.

3 - O Conselho Nacional de Educação deve acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na presente lei.

Artigo 63º

Plano de desenvolvimento do sistema educativo

O Governo, no prazo de dois anos, deve elaborar e apresentar, para aprovação na Assembleia da República, um plano de desenvolvimento do sistema educativo, com um horizonte temporal a médio prazo e limite no ano de 2000, que assegure a realização faseada da presente lei e demais legislação complementar.

Artigo 64º

Regime de transição

O regime de transição do sistema actual para o previsto na presente lei constará de disposições regulamentares a publicar em tempo útil pelo Governo, não podendo professores, alunos e pessoal não docente ser afectados nos direitos adquiridos.

Artigo 65º

Disposições transitórias

1 - Serão tomadas medidas no sentido de dotar os ensinos básico e secundário com docentes habilitados profissionalmente, mediante modelos de formação inicial conformes com o disposto na presente lei, de forma a tornar desnecessária a muito curto prazo a contratação em regime permanente de professores sem habilitação profissional.

2 - Será organizado um sistema de profissionalização em exercício para os docentes devidamente habilitados actualmente em exercício ou que venham a ingressar no ensino de modo a garantir-lhes uma formação profissional equivalente à ministrada nas instituições de formação inicial para os respectivos níveis de ensino.

3 - Na determinação dos contingentes a estabelecer para os cursos de formação inicial de professores a entidade competente deve ter em consideração a relação entre o número de professores habilitados já em exercício e a previsão de vagas disponíveis no termo de um período transitório de cinco anos.

4 - Enquanto não forem criadas as regiões administrativas, as competências e o âmbito geográfico dos departamentos regionais de educação referidos no N.º 2 do artigo 47º serão definidos por decreto-lei, a publicar no prazo de um ano.

5 - O Governo elaborará um plano de emergência de construção e recuperação de edifícios escolares e seu apetrechamento no sentido de serem satisfeitas as necessidades da rede escolar, com prioridade para o ensino básico.

6 - No 1º ciclo do ensino básico as funções dos actuais directores de distrito escolar e dos delegados escolares são exclusivamente de natureza administrativa.

Artigo 66º

Disposições finais

1 - As disposições relativas à duração da escolaridade obrigatória aplicam-se aos alunos que se inscreverem no 1º ano do ensino básico no ano lectivo de 1987-1988 e para os que o fizerem nos anos lectivos subsequentes.

2 - Lei especial determinará as funções de administração e apoio educativos que cabem aos municípios.

3 - O Governo deve definir por decreto-lei o sistema de equivalência entre os estudos, graus e diplomas do sistema educativo português e os de outros países, bem como as condições em que os alunos do ensino superior podem frequentar em instituições congéneres estrangeiras parte dos seus cursos, assim como os critérios de determinação das unidades de crédito transferíveis.

4 - Devem ser criadas condições que facilitem aos jovens regressados a Portugal filhos de emigrantes a sua integração no sistema educativo.

Artigo 67º

Norma revogatória

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei.



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 10 de Maio de 2004
(OR. en)**

9600/04

LIMITE

**EDUC 118
SOC 253**

NOTA INTRODUTÓRIA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Conselho
n.º doc. ant.:	9175/04 EDUC 101 SOC 220
Assunto:	Projecto de conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho sobre princípios comuns europeus de identificação e de validação da aprendizagem não-formal e informal

Junto se envia, à atenção das delegações, o texto do projecto de conclusões em epígrafe, na versão resultante do debate no Comité de Representantes Permanentes de 14 de Maio de 2004. No final da reunião, o Presidente considerou que, com uma reserva de análise parlamentar de DK, se registava um acordo unânime sobre o texto.

Sob reserva de este acordo vir a ser confirmado, o Conselho e os Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho poderiam aprovar as conclusões anexas.

Projecto de conclusões
do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho
sobre princípios comuns europeus
de identificação e de validação da aprendizagem não-formal e informal

O CONSELHO E OS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS DOS ESTADOS-MEMBROS
REUNIDOS NO CONSELHO,

Cientes de que

No contexto do princípio da aprendizagem ao longo da vida, a identificação e a validação da aprendizagem não-formal e informal têm por finalidade tornar visível e valorizar todo o leque de conhecimentos e competências detidos por uma pessoa, independentemente do local ou da forma como foram adquiridos. A identificação e a validação da aprendizagem não-formal e informal têm lugar dentro e fora do ensino e formação formais, no local de trabalho e na sociedade civil;

A identificação e a validação são instrumentos decisivos para permitir a transferência e a aceitação de todos os resultados da aprendizagem, seja qual for o respectivo contexto. A identificação regista e torna visíveis os resultados da aprendizagem dos indivíduos; não resulta num certificado ou diploma oficial, mas pode constituir o ponto de partida para esse reconhecimento formal. A validação baseia-se na avaliação dos resultados da aprendizagem individual e pode resultar num certificado ou diploma ¹;

O ensino, a formação e a empregabilidade foram reconhecidos pelo Conselho Europeu de Lisboa, de Março de 2000, como parte integrante das políticas económicas e sociais necessárias para atingir o objectivo estratégico de fazer da Europa a economia baseada no conhecimento mais dinâmica do Mundo até 2010;

No seguimento do relatório sobre os futuros objectivos concretos dos sistemas europeus de educação e de formação (Março de 2001) o programa de trabalho pormenorizado adoptado pelo Conselho (14 de Junho de 2002) pediu que se definissem formas de validar oficialmente as experiências de aprendizagem não-formal;

¹ No texto *supra*, o termo "validação" tem uma acepção muito específica, mas é utilizado de forma diferente consoante os Estados-Membros. Nalguns deles, tem um sentido mais lato e abrange tanto a identificação como a avaliação e o reconhecimento da aprendizagem não-formal e informal.

O Livro Branco da Comissão intitulado *'Um novo impulso à juventude europeia'* (21 de Novembro de 2001), que define um novo quadro para a cooperação europeia em matéria de juventude, salientou a importância da aprendizagem e da educação não-formais e informais;

A Resolução do Conselho sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida (27 de Junho de 2002) convida os Estados-Membros a estimularem a cooperação e a tomarem medidas eficazes de validação dos resultados da aprendizagem;

"O quadro de acções para o desenvolvimento de competências e qualificações ao longo da vida" (14 de Março de 2002) dos parceiros sociais europeus sublinha que o reconhecimento e a validação das competências e qualificações constitui um objectivo comum e uma prioridade fundamental da actuação a nível europeu;

A Declaração de Copenhaga (30 de Novembro de 2002) e a Resolução do Conselho (19 de Dezembro de 2002) sobre a promoção de uma cooperação europeia reforçada em matéria de ensino e formação profissionais reconheceu que se deveria dar prioridade ao desenvolvimento de um conjunto de princípios comuns referentes à validação da aprendizagem não-formal e informal, com o objectivo de assegurar uma maior comparabilidade entre as abordagens em diferentes países e a diferentes níveis;

O relatório intercalar conjunto do Conselho e da Comissão (26 de Fevereiro de 2004) para o Conselho Europeu da Primavera, intitulado *"Educação e formação para 2010"*, declara que a definição de referências e princípios europeus comuns pode constituir um apoio útil às políticas nacionais. Embora não criem obrigações para os Estados-Membros, esses princípios comuns contribuem para desenvolver a confiança mútua entre os principais intervenientes e para promover as reformas. O relatório intercalar conjunto apela expressamente a que se definam princípios comuns europeus para a validação da aprendizagem não-formal e informal;

Reconhecem que

Os Estados-Membros, a Comissão, os países do EEE-EFTA e aderentes e os parceiros sociais no plano europeu, no seguimento da Declaração de Copenhaga, da resolução do Conselho e do programa de trabalho sobre os Futuros Objectivos, obtiveram progressos na definição de princípios europeus comuns para a identificação e a validação da aprendizagem não-formal e informal;

A identificação e a validação da aprendizagem não-formal e informal servem as necessidades de quem aprende. Sustentam a integração social, a empregabilidade e o desenvolvimento e a utilização dos recursos humanos em contextos cívicos, sociais e económicos. Satisfazem igualmente as necessidades específicas dos indivíduos que procuram integrar-se ou (re)integrar-se no ensino e na formação, no mercado de trabalho e na sociedade;

Já existem ou estão a emergir diferentes métodos e práticas de identificação a nível europeu, nacional, regional e local;

Por outro lado, há também toda uma série de partes envolvidas. Trata-se, nomeadamente, dos prestadores, das autoridades competentes no ensino e na formação formais, dos parceiros sociais no local de trabalho e das organizações não governamentais na sociedade civil. Sendo certo que a identificação diz respeito tanto ao indivíduo como a todas as partes interessadas, nalguns Estados-Membros a validação cabe exclusivamente às autoridades competentes, em conformidade com a legislação nacional.

Sublinham que

São necessários princípios europeus comuns para estimular e nortear a definição de métodos e sistemas de identificação e de validação da aprendizagem não-formal e informal, de alta qualidade e fiáveis;

Estes princípios são fundamentais para assegurar a comparabilidade e a aceitação generalizada de diferentes métodos e sistemas nos Estados-Membros. Permitem igualmente a transferência e a aceitação de todos os resultados da aprendizagem, seja qual for o respectivo contexto. Atendem particularmente às necessidades e prerrogativas individuais;

Os seguintes princípios comuns europeus destinam-se aos Estados-Membros, à Comissão e às partes interessadas envolvidas na identificação e validação da aprendizagem não-formal e informal. Devem aplicar-se numa base voluntária e respeitam integralmente os direitos, responsabilidades e competências dos Estados-Membros e das partes interessadas, norteiam o desenvolvimento dos métodos e sistemas de identificação e de validação, mas não prescrevem qualquer método ou sistema específico;

Os princípios comuns europeus reflectem o trabalho de cooperação ao nível europeu no seguimento da Declaração de Copenhaga, da Resolução do Conselho de 19 de Dezembro de 2002, dos programas de trabalho sobre os Objectivos Futuros, e, em especial, do relatório intercalar conjunto "*Educação e formação para 2010* ", de Fevereiro de 2004. Os princípios estão organizados segundo os seguintes temas:

- *Prerrogativas individuais*

A identificação e a validação da aprendizagem não-formal e informal, em princípio, deveriam ter carácter voluntário. Deveria haver igualdade de acesso e um tratamento equitativo para todos os indivíduos. Devem ser respeitados os direitos e a vida privada das pessoas.

- *Obrigações das partes interessadas*

As partes interessadas deveriam estabelecer, de harmonia com os seus direitos, responsabilidades e competências sistemas e métodos de identificação e de validação da aprendizagem não-formal e informal. Estes deveriam incluir mecanismos de garantia da qualidade adequados. As partes interessadas deveriam proporcionar às pessoas orientação, aconselhamento e informação sobre esses sistemas e métodos.

- *Confiança*

Os processos, procedimentos e critérios de identificação e de validação da aprendizagem não-formal e informal têm de ser justos e transparentes e assentar em mecanismos de garantia da qualidade adequados.

- *Credibilidade e legitimidade*

Os sistemas e métodos de identificação e de validação da aprendizagem não-formal e informal devem respeitar os interesses legítimos, assegurar a participação equilibrada das partes interessadas.

O processo de avaliação deve ser imparcial e devem implementar-se mecanismos para evitar quaisquer conflitos de interesses. A competência profissional daqueles que procedem à avaliação deve ser igualmente assegurada;

NO TOCANTE À IDENTIFICAÇÃO E À VALIDAÇÃO DA APRENDIZAGEM NÃO-FORMAL E INFORMAL, CONVIDAM OS ESTADOS-MEMBROS E A COMISSÃO, NO ÂMBITO DAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS, A

Divulgarem e fomentarem a utilização dos princípios comuns europeus;

Exortarem os parceiros sociais europeus, no contexto do diálogo social, a utilizarem e adaptarem os princípios comuns europeus às necessidades específicas do local de trabalho;

Exortarem as organizações não governamentais que se dedicam à aprendizagem ao longo da vida a utilizar as oportunidades e a adaptar na medida adequada os princípios comuns europeus;

Apoiarem o intercâmbio de experiências e a aprendizagem mútua, incluindo o desenvolvimento de um inventário europeu sobre a identificação e a validação da aprendizagem não-formal e informal;

Reforçarem a cooperação com as organizações internacionais, a fim de criar sinergias neste domínio;

Desenvolverem e apoiarem formas coerentes e comparáveis de apresentar os resultados da identificação e da validação da aprendizagem não-formal e informal ao nível europeu, e a ponderarem sobre a forma como os actuais instrumentos do quadro Europass para a transparência das qualificações e competências podem contribuir para esse efeito;

Reflectirem sobre a forma como os princípios comuns europeus poderiam apoiar o trabalho em curso em matéria de transferência e acumulação de créditos, garantia de qualidade e orientação e, em termos gerais, contribuir para o desenvolvimento do quadro europeu de qualificações, foi pedido no relatório intercalar conjunto do Conselho e da Comissão, em Fevereiro de 2004;

Apoiarem o desenvolvimento de mecanismos de garantia de qualidade e, concretamente, reflectirem sobre a forma de promover o desenvolvimento profissional daqueles que procedem à avaliação, por exemplo através de redes de apoio destinadas a desenvolver e divulgar boas práticas.



Inquérito por Questionário

No âmbito do mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico na Escola Superior de Educação João de Deus, venho por este meio solicitar aos **alunos** através das respostas a este questionário de opinião, sobre o tema que me proponho tratar, “**A importância das Salas de Estudo**”.

Este trabalho tem como objetivo saber as razões que levam os alunos a procurar as Salas de Estudo.

Os resultados são confidenciais, sendo somente utilizados no âmbito deste trabalho de investigação.

Não há respostas certas ou erradas. Importa, pois recolher opiniões sinceras e reais, relativamente a todas as questões. Para tal, assinale com uma cruz (x) a resposta seleccionada.

Obrigada pela sua colaboração.

1- Qual a sua idade?

6	7	8	9	10	11	12
---	---	---	---	----	----	----

2- Qual o seu sexo?

Feminino	Masculino
----------	-----------

3- Em que ano escolar se encontra?

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano
--------	--------	--------	--------	--------	--------

4- Quais os motivos que o(a) levaram a frequentar a Sala de Estudo?

	Conhecer novos amigos;
	Ocupação de tempos livres;
	Ajuda nos trabalhos de casa;
	Ajuda na preparação para as fichas/ os testes;
	Melhorar o rendimento escolar.
	Outros Quais? _____

5- Com que frequência vai à Sala de Estudo?

	Uma vez por semana;
	Duas vezes por semana;
	Três vezes por semana;
	Quatro vezes por semana;
	Cinco vezes por semana.
	Outros Quais? _____



6- Qual era o seu método de estudo antes de frequentar a Sala de Estudo?

<input type="checkbox"/>	Estudava antes das fichas/dos testes;
<input type="checkbox"/>	Estudava todos os dias;
<input type="checkbox"/>	Fazia apenas os trabalhos de casa;
<input type="checkbox"/>	Não estudava.
<input type="checkbox"/>	Outro Qual? _____

7- Faz todos os trabalhos de casa na Sala de Estudo?

<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----	--------------------------	-----

8- Qual a importância que atribui à Sala de Estudo no seu aproveitamento escolar?

<input type="checkbox"/>	Nenhuma	<input type="checkbox"/>	Pouca	<input type="checkbox"/>	Alguma	<input type="checkbox"/>	Muita
--------------------------	---------	--------------------------	-------	--------------------------	--------	--------------------------	-------

9- Qual o seu método de estudo depois de frequentar a Sala de Estudo?

<input type="checkbox"/>	Faço os TPC em casa e estudo na Sala de Estudo;
<input type="checkbox"/>	Faço os TPC na Sala de Estudo e estudo em casa;
<input type="checkbox"/>	Faço os TPC. e estudo em casa;
<input type="checkbox"/>	Faço os TPC e estudo na Sala de Estudo;
<input type="checkbox"/>	Outros Quais? _____

10- As suas notas melhoraram desde que frequenta a Sala de Estudo?

<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----	--------------------------	-----

11- A avaliação realizada semestralmente na Sala de Estudo é importante no seu rendimento escolar?

<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----	--------------------------	-----

12- A Sala de Estudo contribuiu para a sua transição de ano?

<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----	--------------------------	-----

13- Se não estivesse na Sala de Estudo, como ocupava o tempo após as aulas?

<input type="checkbox"/>	Brincar sozinho(a);
<input type="checkbox"/>	Brincar com os colegas;
<input type="checkbox"/>	Em casa;
<input type="checkbox"/>	A jogar no computador;
<input type="checkbox"/>	A estudar.
<input type="checkbox"/>	Outros Quais? _____



14- Depois de frequentar a Sala de Estudo sente-se mais integrado na sua escola?

<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Não noto alterações
--------------------------	-----	--------------------------	-----	--------------------------	---------------------

15- Com a ajuda da Sala de Estudo, começou a gostar mais de frequentar a escola?

<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Não noto alterações
--------------------------	-----	--------------------------	-----	--------------------------	---------------------

16- Encontra-se satisfeito com os serviços prestados na Sala de Estudo?

<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----	--------------------------	-----

17- A Sala de Estudo contribui para melhorar as aprendizagens?

<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----	--------------------------	-----

18- Caso haja alguma observação, sentida por si, que não esteja mencionada neste questionário agradeça que a mencionasse nas seguintes linhas:



Veja se respondeu a todas as questões.
Obrigada pela colaboração!
Telma Matias



Inquérito por Questionário

No âmbito do mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico na Escola Superior de Educação João de Deus, venho por este meio solicitar a colaboração dos Pais e **Encarregados de Educação** através das respostas a este questionário de opinião, sobre o tema que me proponho tratar, “**A importância das Salas de Estudo**”.

Este trabalho tem como objetivo saber as razões que levam os Pais e Encarregados de Educação a procurar as Salas de Estudo.

Os resultados são confidenciais, sendo somente utilizados no âmbito deste trabalho de investigação.

Não há respostas certas ou erradas. Importa, pois recolher opiniões sinceras e reais, relativamente a todas as questões. Para tal, assinale com uma cruz (x) a resposta selecionada.

Obrigada pela sua colaboração.

1. É a primeira vez que o seu educando frequenta uma Sala de Estudo?

Sim ☐ Não ☐

Se respondeu sim, com quem é que o seu educando ficou até ao momento da entrada para a Sala de Estudo?

Se respondeu não, diga há quantos anos o seu filho frequenta Salas de Estudo?

2. Qual a idade do seu educando quando entrou na Sala de Estudo pela primeira vez?

3. Considera que o seu educando se adaptou bem ao ambiente da Sala de Estudo?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua opção.

4. A Sala de Estudo contribui no aproveitamento escolar?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua opção.



5. Tem conhecimento dos objetivos da Sala de Estudo que o seu educando frequenta?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua opção.

6. As notas do seu educando melhoraram desde que frequenta a Sala de Estudo?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua opção.

7. Os funcionários da Sala de Estudo que o seu educando frequenta são qualificados na área da educação?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua opção.

8. Encontra-se satisfeito com os serviços prestados na Sala de Estudo?

Sim ☐ Não ☐

Justifique a sua opção.

9- Caso haja alguma observação, sentida por si, que não esteja mencionada neste questionário agradecia que a mencionasse nas linhas seguintes:

Veja se respondeu a todas as questões.
Obrigada pela sua colaboração!
Telma Matias

Objetivo: Identificar os elementos justificativos da criação da Sala de Estudo

Fonte Consultada: Regulamento Interno (D1) e Projeto Educativo (D2)

Excertos do Documento	Informação Obtida	Códigos dos Dados
“Apostamos na melhoria efetiva da qualidade das aprendizagens, num espaço que valorize o saber ser e o saber estar, num ambiente de sã convivência e interação construtiva”. (ponto 1)	Espaço que valoriza o saber ser e o saber estar, num ambiente de sã convivência e interação construtiva.	D1
“A Sala de Estudo tem como objetivos e finalidades: desenvolver a autonomia dos alunos; contribuir para a eficácia dos alunos na organização das aprendizagens e na realização de trabalhos escolares; (...) possibilitar o apoio especializado para esclarecimento de dúvidas sobre assuntos já abordados na escola”. (ponto 2.2 – alíneas c e d)	Contribuir para a eficácia dos alunos na organização das aprendizagens.	D1
	Apoiar na realização dos trabalhos de casa.	
“Recrutar e admitir funcionários, em número suficiente e com preparação adequada que garanta o bom atendimento que se pretende proporcionar às crianças e jovens”. (ponto 2.2 – alínea b)	Funcionários com preparação adequada	D1
“Possibilitar às crianças o desenvolvimento pessoal de acordo com as suas capacidades, de forma a poder realizar-se como indivíduos autónomos e caminhar para o seu papel de cidadão”. (ponto 2.1 – alínea h)	Possibilitar às crianças o desenvolvimento pessoal de acordo com as suas capacidades	D2

<p>“Incentivar a autonomia da criança e a sua socialização como processo de crescimento e desenvolvimento, procurando promover ainda o espírito de iniciativa e de responsabilidade, numa atitude de livre expressão e de respeito pelo outro”. (ponto 2.2 – alínea a)</p>	<p>Incentivar a autonomia da criança e a sua socialização como processo de crescimento e desenvolvimento</p>	<p>D1</p>
<p>“Proporcionar uma vasta gama de atividades integradas num projeto educativo onde os alunos possam escolher e participar livremente, considerando as características dos grupos e, sempre, tendo como base o maior respeito pela pessoa”. (ponto 2.2 – alínea e)</p>	<p>Proporcionar uma vasta gama de atividades integradas num projeto educativo... tendo como base o maior respeito pela pessoa</p>	<p>D1</p>